

Informações Financeiras Intermediárias

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

*Em 30 de junho de 2025 e relatório sobre a revisão de
informações financeiras intermediárias*



BALANÇO PATRIMONIAL	3
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO	4
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES	5
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	6
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	8
NOTAS EXPLICATIVAS	9
1. Base de apresentação.....	9
2. Práticas contábeis materiais	9
3. Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários.....	10
4. Receita de vendas	11
5. Custos e despesas por natureza.....	12
6. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	13
7. Resultado financeiro líquido	13
8. Informações por segmento.....	14
9. Contas a receber.....	18
10. Estoques	19
11. Fornecedores.....	19
12. Tributos.....	20
13. Benefícios a empregados.....	22
14. Processos judiciais e contingências.....	27
15. Provisão para desmantelamento de áreas.....	33
16. Outros ativos e passivos	34
17. Imobilizado.....	35
18. Intangível.....	37
19. Redução ao valor recuperável dos ativos (<i>Impairment</i>)	38
20. Atividades de exploração e avaliação de reserva de petróleo e gás	39
21. Investimentos	40
22. Vendas de ativos e outras operações com ativos	41
23. Financiamentos.....	42
24. Arrendamentos.....	45
25. Patrimônio líquido	46
26. Gerenciamento de riscos financeiros.....	49
27. Partes relacionadas.....	55
28. Informações complementares à demonstração dos fluxos de caixa	59
29. Eventos subsequentes	59
30. Correlação entre as notas explicativas de 31 de dezembro de 2024 e 30 de junho de 2025	60
DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS E RELATÓRIOS SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS	61
Relatório sobre a revisão de informações trimestrais – ITR	62

BALANÇO PATRIMONIAL
PETROBRAS

Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024 (Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Ativo	Notas	Consolidado		Controladora	
		30.06.2025	31.12.2024	30.06.2025	31.12.2024
Caixa e equivalentes de caixa	3	38.177	20.254	979	3.134
Títulos e valores mobiliários	3	13.670	26.397	13.625	13.941
Contas a receber, líquidas	9	18.474	22.080	94.010	129.592
Estoques	10	44.927	41.550	39.441	36.774
Imposto de renda e contribuição social	12	3.467	2.545	3.202	2.321
Impostos e contribuições	12	6.588	9.630	6.346	9.328
Outros ativos	16	7.714	9.599	10.964	10.817
		133.017	132.055	168.567	205.907
Ativos classificados como mantidos para venda	22	2.842	3.157	3.141	3.455
Ativo circulante		135.859	135.212	171.708	209.362
Contas a receber, líquidas	9	4.685	7.777	4.191	6.964
Títulos e valores mobiliários	3	280	3.605	280	3.605
Depósitos judiciais	14	78.029	72.745	77.552	72.282
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	5.483	5.710	-	-
Impostos e contribuições	12	23.913	22.301	23.229	21.742
Outros ativos	16	16.195	15.488	17.113	16.424
Ativo realizável a longo prazo		128.585	127.626	122.365	121.017
Investimentos	21	4.243	4.081	331.322	366.398
Imobilizado	17	892.931	843.917	905.149	858.561
Intangível	18	13.272	13.961	13.079	13.772
Ativo não circulante		1.039.031	989.585	1.371.915	1.359.748
Total do ativo		1.174.890	1.124.797	1.543.623	1.569.110

Passivo	Notas	Consolidado		Controladora	
		30.06.2025	31.12.2024	30.06.2025	31.12.2024
Fornecedores	11	34.374	37.659	34.938	39.741
Financiamentos	23	13.508	15.887	134.032	106.522
Arrendamentos	24	50.590	52.896	52.725	54.953
Imposto de renda e contribuição social	12	3.580	8.671	308	4.121
Impostos e contribuições	12	19.389	20.336	19.122	19.895
Dividendos propostos	25	11.067	16.452	11.009	16.334
Provisão para desmantelamento de áreas	15	13.720	10.500	13.605	10.426
Benefícios a empregados	13	14.947	14.337	13.998	13.222
Outros passivos	16	14.065	13.652	12.676	12.045
		175.240	190.390	292.413	277.259
Passivos associados a ativos mantidos para venda	22	3.940	4.418	3.940	4.418
Passivo circulante		179.180	194.808	296.353	281.677
Financiamentos	23	127.240	127.539	374.697	478.198
Arrendamentos	24	180.099	177.145	183.926	182.625
Imposto de renda e contribuição social	12	3.227	3.284	3.201	3.256
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	41.485	9.100	46.574	14.254
Benefícios a empregados	13	67.935	66.082	66.459	64.716
Provisão para processos judiciais e administrativos	14	15.771	17.543	14.960	16.451
Provisão para desmantelamento de áreas	15	148.555	151.753	148.107	151.221
Outros passivos	16	9.616	10.029	10.124	10.706
Passivo não circulante		593.928	562.475	848.048	921.427
Passivo circulante e não circulante		773.108	757.283	1.144.401	1.203.104
Capital subscrito e integralizado	25	205.432	205.432	205.432	205.432
Reserva de capital, transações de capital e ações em tesouraria		3.106	(2.457)	3.322	(2.241)
Reservas de lucros	25	80.485	95.193	80.269	94.977
Lucros acumulados		50.413	-	50.413	-
Outros resultados abrangentes		59.786	67.838	59.786	67.838
Atribuído aos acionistas da controladora		399.222	366.006	399.222	366.006
Atribuído aos acionistas não controladores		2.560	1.508	-	-
Patrimônio líquido		401.782	367.514	399.222	366.006
Total do passivo		1.174.890	1.124.797	1.543.623	1.569.110

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO**PETROBRAS**

Períodos findos em 30 de junho (Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Notas	Consolidado						Controladora	
		2025		2024		2025		2024	
		Abr-Jun	Jan-Jun	Abr-Jun	Jan-Jun	Abr-Jun	Jan-Jun	Abr-Jun	Jan-Jun
Receita de vendas	4	119.128	242.272	122.258	239.979	116.172	237.824	116.721	232.097
Custo dos produtos e serviços vendidos	5	(62.449)	(124.884)	(61.211)	(118.231)	(62.117)	(125.350)	(58.849)	(114.762)
Lucro bruto		56.679	117.388	61.047	121.748	54.055	112.474	57.872	117.335
Despesas									
Vendas	5	(7.283)	(13.659)	(6.612)	(13.218)	(7.558)	(14.464)	(6.678)	(13.255)
Gerais e administrativas	5	(2.627)	(5.219)	(2.874)	(5.090)	(2.242)	(4.461)	(2.520)	(4.426)
Custos exploratórios para extração de petróleo e gás	20	(1.050)	(2.861)	(913)	(1.583)	(1.031)	(2.770)	(879)	(1.545)
Custos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico		(1.095)	(2.274)	(1.008)	(1.916)	(1.095)	(2.274)	(1.008)	(1.916)
Tributárias		(722)	(1.444)	(5.079)	(5.774)	(379)	(737)	(4.734)	(5.095)
Reversão (perda), líquida, no valor de recuperação de ativos - <i>Impairment</i>	19	(1.056)	(1.346)	201	246	(1.056)	(1.367)	-	66
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	6	(12.632)	(17.826)	(10.223)	(15.390)	(12.049)	(16.550)	(10.474)	(15.248)
		(26.465)	(44.629)	(26.508)	(42.725)	(25.410)	(42.623)	(26.293)	(41.419)
Lucro antes do resultado financeiro, participações e impostos		30.214	72.759	34.539	79.023	28.645	69.851	31.579	75.916
Resultado financeiro líquido	7	5.572	16.167	(36.396)	(45.975)	1.564	7.681	(41.147)	(55.004)
Receitas financeiras		1.955	3.692	2.488	5.224	3.222	6.433	2.582	5.062
Despesas financeiras		(6.030)	(11.774)	(15.631)	(20.941)	(12.165)	(24.515)	(19.912)	(28.959)
Variações monetárias e cambiais, líquidas		9.647	24.249	(23.253)	(30.258)	10.507	25.763	(23.817)	(31.107)
Resultado de participações em investidas por equivalência patrimonial	21	254	749	(996)	(1.453)	4.819	10.115	5.348	9.159
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro		36.040	89.675	(2.853)	31.595	35.028	87.647	(4.220)	30.071
Imposto de renda e contribuição social	12	(9.266)	(27.570)	338	(10.300)	(8.376)	(25.786)	1.615	(8.976)
Lucro (prejuízo) líquido do período		26.774	62.105	(2.515)	21.295	26.652	61.861	(2.605)	21.095
Atribuível aos:									
Acionistas da Petrobras		26.652	61.861	(2.605)	21.095	26.652	61.861	(2.605)	21.095
Acionistas não controladores		122	244	90	200	-	-	-	-
Lucro (prejuízo) líquido do período		26.774	62.105	(2.515)	21.295	26.652	61.861	(2.605)	21.095
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação ON e PN (em R\$)	25	2,07	4,80	(0,20)	1,63	2,07	4,80	(0,20)	1,63

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

PETROBRAS

Períodos findos em 30 de junho (Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Notas	Consolidado				Controladora			
		2025		2024		2025		2024	
		Abr-Jun	Jan-Jun	Abr-Jun	Jan-Jun	Abr-Jun	Jan-Jun	Abr-Jun	Jan-Jun
Lucro (prejuízo) líquido do período		26.774	62.105	(2.515)	21.295	26.652	61.861	(2.605)	21.095
Itens que não serão reclassificados para o resultado:									
Ganhos atuariais com planos de benefícios definidos	13	-	4	6.828	6.828	-	-	6.528	6.528
		-	4	6.828	6.828	-	-	6.528	6.528
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em investidas		-	-	-	-	-	4	288	288
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado:									
Resultados não realizados com <i>hedge</i> de fluxo de caixa - exportações									
Reconhecidos no patrimônio líquido		19.300	48.240	(34.933)	(44.899)	19.300	48.240	(34.933)	(44.899)
Transferidos para o resultado		2.824	7.052	3.126	6.578	2.864	7.101	3.125	6.547
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(7.522)	(18.799)	10.814	13.029	(7.536)	(18.816)	10.815	13.040
	26	14.602	36.493	(20.993)	(25.292)	14.628	36.525	(20.993)	(25.312)
Ajustes de conversão em investidas ⁽¹⁾									
Reconhecidos no patrimônio líquido		(17.942)	(45.899)	33.735	42.719	(17.942)	(45.896)	33.732	42.715
		(17.942)	(45.899)	33.735	42.719	(17.942)	(45.896)	33.732	42.715
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em investidas									
Reconhecidos no patrimônio líquido	21	662	1.347	(796)	(840)	636	1.315	(796)	(820)
		662	1.347	(796)	(840)	636	1.315	(796)	(820)
Outros resultados abrangentes		(2.678)	(8.055)	18.774	23.415	(2.678)	(8.052)	18.759	23.399
Resultado abrangente total		24.096	54.050	16.259	44.710	23.974	53.809	16.154	44.494
Resultado abrangente atribuível aos:									
Acionistas da Petrobras		23.974	53.809	16.154	44.494	23.974	53.809	16.154	44.494
Acionistas não controladores		122	241	105	216	-	-	-	-
Resultado abrangente total		24.096	54.050	16.259	44.710	23.974	53.809	16.154	44.494

(1) No Consolidado, inclui efeito devedor de R\$ 1.627 (efeito credor de R\$ 1.636, em 30 de junho de 2024), referente a coligadas e empreendimentos controlados em conjunto. As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PETROBRAS

Períodos findos em 30 de junho (Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Notas	Consolidado		Controladora	
		30.06.2025	30.06.2024	30.06.2025	30.06.2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do período		62.105	21.295	61.861	21.095
Ajustes para:					
Resultado atuarial de planos de pensão e saúde	13	4.871	11.245	4.735	10.935
Resultado de participações em investidas por equivalência patrimonial	21	(749)	1.453	(10.115)	(9.159)
Depreciação, depleção e amortização	28	39.928	33.009	41.374	34.224
Perda (reversão), líquida, no valor de recuperação de ativos - <i>Impairment</i>	19	1.346	(246)	1.367	(66)
Ajuste a valor realizável líquido	10	35	(215)	-	-
Perdas, líquidas, de crédito esperadas		203	249	189	226
Baixa de poços	20	1.203	542	1.203	542
Resultado com alienações e baixa de ativos	6	(402)	(1.469)	(392)	(1.054)
Variações cambiais, monetárias e encargos financeiros não realizados		(18.725)	46.875	(11.294)	53.744
Imposto de renda e contribuição social	12	27.570	10.300	25.786	8.976
Revisão e atualização financeira de desmantelamento de áreas		3.735	2.734	3.723	2.713
Resultado com acordo de coparticipação em áreas licitadas	6	(290)	(533)	(290)	(533)
Encerramento antecipado e alterações em pagamentos de contratos de arrendamento	6	(1.705)	(759)	(1.716)	(755)
Perdas com processos judiciais, administrativos e arbitrais	6	1.874	2.675	2.075	2.582
Equalização de gastos - AIP	17	3.872	127	3.872	127
Redução (aumento) de ativos					
Contas a receber		616	7.176	(21.972)	1.330
Estoques		(4.902)	(1.756)	(2.683)	(3.483)
Depósitos judiciais		(2.517)	3.236	(2.490)	3.471
Outros ativos		1.177	(366)	(203)	(821)
Aumento (redução) de passivos					
Fornecedores		(684)	1.043	(2.099)	5.050
Impostos e contribuições		(2.539)	(9.596)	(1.570)	(8.217)
Planos de pensão e de saúde		(2.998)	(2.454)	(2.980)	(2.442)
Provisão para processos judiciais e administrativos		(3.191)	(1.027)	(3.176)	(995)
Outros benefícios a empregados		602	(1.865)	763	(1.726)
Provisão para desmantelamento de áreas		(2.435)	(2.347)	(2.420)	(2.285)
Outros passivos		(109)	(1.786)	(43)	(1.081)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(16.129)	(23.889)	(15.046)	(22.906)
Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais		91.762	93.651	68.459	89.492
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Aquisições de ativos imobilizados e intangíveis		(46.467)	(29.309)	(45.165)	(28.852)
Reduções (adições) em investimentos		(10)	(33)	(520)	134
Recebimentos pela venda de ativos - Desinvestimentos		2.820	3.812	2.820	3.806
Compensação financeira por Acordos de Coparticipação		2.140	1.951	2.140	1.951
Resgates (investimentos) em títulos e valores mobiliários ⁽¹⁾		16.568	(3.648)	24.747	8.688
Dividendos recebidos ⁽²⁾		149	326	1.234	1.348
Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimentos		(24.800)	(26.901)	(14.744)	(12.925)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Participação de acionistas não controladores		924	637	-	-
Financiamentos e operações de mútuo, líquidos:					
Captações	23	17.517	3.055	52.963	86.927
Amortizações de principal - financiamentos	23	(8.962)	(11.734)	(42.992)	(55.342)
Amortizações de juros - financiamentos ⁽²⁾	23	(4.966)	(5.017)	(13.730)	(11.196)
Amortizações de arrendamentos	24	(25.115)	(19.760)	(25.957)	(20.357)
Dividendos pagos a acionistas da Petrobras	25	(26.154)	(54.636)	(26.154)	(54.636)
Recuperação de ações		-	(1.919)	-	(1.919)
Dividendos pagos a acionistas não controladores		(181)	(386)	-	-
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamentos		(46.937)	(89.760)	(55.870)	(56.523)
Efeito de variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa		(2.102)	5.226	-	-
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no período		17.923	(17.784)	(2.155)	20.044
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		20.254	61.613	3.134	2.562
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		38.177	43.829	979	22.606

(1) Na Controladora, inclui valores referentes às movimentações da aplicação em recebíveis do FIDC-NP.

(2) A companhia classifica dividendos/juros recebidos e juros pagos como fluxo de caixa das atividades de investimentos e fluxo de caixa das atividades de financiamento, respectivamente.

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PETROBRAS

Períodos findos em 30 de junho (Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Outros resultados abrangentes						Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido consolidado
	Capital subscrito e integralizado	Reserva de capital, transações de capital e ações em tesouraria	Ajustes acumulados de conversão	Perdas atuariais com planos de benefícios definidos	Hedge de fluxo de caixa de exportação	Outros resultados abrangentes e custo atribuído					
Saldo em 1º de janeiro de 2024	205.432	(322)	79.846	(43.442)	(19.029)	(999)	158.955	-	380.441	1.899	382.340
Ações em tesouraria	-	(1.919)	-	-	-	-	-	-	(1.919)	-	(1.919)
Transações de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	635	635
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	21.095	21.095	200	21.295
Outros resultados abrangentes	-	-	42.715	6.816	(25.292)	(840)	-	-	23.399	16	23.415
Dividendos adicionais aprovados na AGO de 2024	-	-	-	-	-	-	(36.139)	-	(36.139)	-	(36.139)
Dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	-	48	48	-	48
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(13.446)	(13.446)	(189)	(13.635)
Saldos em 30 de junho de 2024	205.432	(2.241)	122.561	(36.626)	(44.321)	(1.839)	122.816	7.697	373.479	2.561	376.040
	205.432	(2.241)				39.775	122.816	7.697	373.479	2.561	376.040
Saldo em 1º de janeiro de 2025	205.432	(2.241)	161.659	(26.631)	(64.741)	(2.449)	94.977	-	366.006	1.508	367.514
Cancelamento de ações em tesouraria	-	5.563	-	-	-	-	(5.563)	-	-	-	-
Transações de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	925	925
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	61.861	61.861	244	62.105
Outros resultados abrangentes	-	-	(45.896)	4	36.493	1.347	-	-	(8.052)	(3)	(8.055)
Dividendos adicionais aprovados na AGO de 2025	-	-	-	-	-	-	(9.145)	-	(9.145)	-	(9.145)
Dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	-	270	270	-	270
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(11.718)	(11.718)	(114)	(11.832)
Saldos em 30 de junho de 2025	205.432	3.322	115.763	(26.627)	(28.248)	(1.102)	80.269	50.413	399.222	2.560	401.782
	205.432	3.322				59.786	80.269	50.413	399.222	2.560	401.782

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PETROBRAS

Períodos findos em 30 de junho (Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Consolidado		Controladora	
	30.06.2025	30.06.2024	30.06.2025	30.06.2024
Receitas				
Vendas de produtos e serviços e outras receitas	317.461	313.946	312.083	304.149
Perdas, líquidas, de crédito esperadas	(203)	(249)	(189)	(226)
Receitas relativas à construção de ativos para uso	40.122	28.389	39.295	28.199
	357.380	342.086	351.189	332.122
Insumos adquiridos de terceiros				
Matérias-primas e produtos para revenda	(46.674)	(48.538)	(41.358)	(42.451)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(64.171)	(46.522)	(69.199)	(48.400)
Créditos fiscais sobre insumos adquiridos de terceiros	(22.307)	(18.790)	(23.144)	(19.921)
Reversão (perda), líquida, no valor de recuperação de ativos - <i>Impairment</i>	(1.346)	246	(1.367)	66
	(134.498)	(113.604)	(135.068)	(110.706)
Valor adicionado bruto	222.882	228.482	216.121	221.416
Depreciação, depleção e amortização	(39.928)	(33.009)	(41.374)	(34.224)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	182.954	195.473	174.747	187.192
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de participações em investidas por equivalência patrimonial	749	(1.453)	10.115	9.159
Receitas financeiras	3.692	5.224	6.433	5.062
Aluguéis, royalties e outros	2.161	1.493	3.457	2.710
	6.602	5.264	20.005	16.931
Valor adicionado total a distribuir	189.556	200.737	194.752	204.123
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e administradores				
Remuneração direta				
Salários	10.430	9.524	9.264	8.506
Programas de remuneração variável	3.418	2.499	3.071	2.258
	13.848	12.023	12.335	10.764
Benefícios				
Vantagens	1.876	579	1.765	438
Plano de aposentadoria e pensão	2.192	2.147	2.120	2.083
Plano de saúde	3.624	9.781	3.442	9.449
	7.692	12.507	7.327	11.970
FGTS	690	627	627	575
	22.230	25.157	20.289	23.309
Tributos				
Federais ^{(1) (2)}	76.843	63.320	75.519	62.281
Estaduais	30.511	30.778	30.197	30.462
Municipais	299	351	80	120
No exterior ⁽¹⁾	2.021	1.833	-	-
	109.674	96.282	105.796	92.863
Instituições financeiras e fornecedores				
Juros, variações cambiais e monetárias	(7.209)	55.045	4.018	63.911
Despesas de aluguéis e arrendamentos	2.756	2.958	2.788	2.945
	(4.453)	58.003	6.806	66.856
Acionistas				
Dividendos	3.975	5.775	3.975	5.775
Juros sobre capital próprio	7.743	7.671	7.743	7.671
Resultado dos acionistas não controladores	244	200	-	-
Lucros retidos	50.143	7.649	50.143	7.649
	62.105	21.295	61.861	21.095
Valor adicionado total distribuído	189.556	200.737	194.752	204.123

(1) Inclui participações governamentais.

(2) Inclui valores referentes a imposto de renda e contribuição social diferidos conforme nota explicativa 12.1.

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

1. Base de apresentação

Essas informações financeiras intermediárias são apresentadas com as alterações relevantes ocorridas no período, sem a repetição de determinadas notas explicativas previamente divulgadas, e consideram as informações consolidadas, que no entendimento da administração proporcionam uma visão abrangente da posição patrimonial e financeira da companhia e do desempenho de suas operações, complementadas por algumas informações individuais da controladora. Portanto, tais informações contábeis devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais da companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, que contemplam o conjunto completo de notas explicativas.

As informações financeiras intermediárias consolidadas e individuais da companhia foram preparadas e estão apresentadas conforme o Pronunciamento Técnico - CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê dos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e correlato à IAS 34 - *Interim Financial Reporting* emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da companhia.

O Conselho de Administração da companhia, em reunião realizada em 7 de agosto de 2025, autorizou a divulgação destas informações financeiras intermediárias.

1.1. Adoção de novas normas e revisões

Em 1º de janeiro de 2025, conforme divulgado na nota explicativa 6 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024, entraram em vigor normativos emitidos no país e exterior, cujos principais foram:

- *Lack of exchangeability – Amendments to IAS 21*, emitido pelo IASB, com correspondente pronunciamento técnico emitido pelo CPC e aprovado pela CVM; e
- Orientação técnica OCPC 10 – Créditos de Carbono (tCO₂e), permissões de emissão (*allowances*) e crédito de descarbonização (CBIO). Essa orientação foi emitida no Brasil sem equivalência às normas emitidas pelo IASB.

A aplicação inicial desses normativos não causou impacto material nas informações financeiras intermediárias consolidadas e individuais de 30 de junho de 2025.

2. Práticas contábeis materiais

As práticas contábeis e os métodos de cálculo utilizados na preparação dessas informações trimestrais intermediárias são os mesmos adotados na preparação das demonstrações financeiras anuais da companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

3. Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, os quais atendem à definição de equivalentes de caixa.

	30.06.2025	Consolidado 31.12.2024
Caixa e bancos	1.390	841
Aplicações financeiras de curto prazo		
- No País		
Fundos de investimentos DI e operações compromissadas	11.957	8.996
CDB e outros fundos de investimentos	886	1.152
	12.843	10.148
- No exterior		
<i>Time deposits</i>	14.776	4.509
<i>Auto Invest</i> e contas remuneradas	9.057	4.495
Outras aplicações financeiras	111	261
	23.944	9.265
Total das aplicações financeiras de curto prazo	36.787	19.413
Total de caixa e equivalentes de caixa	38.177	20.254

Os fundos de investimentos no país têm seus recursos aplicados em títulos públicos federais brasileiros e em operações lastreadas em títulos públicos (compromissadas), cujos prazos de vencimento são de até três meses, contados a partir da data de aquisição. As aplicações, no país, também contam com os certificados de depósitos bancários (CDB) pós-fixados com liquidez diária, com prazos iniciais de vencimentos de até três meses, considerados a partir da data de aquisição. As aplicações no exterior são compostas por *time deposits* com prazos de até três meses, contados a partir da data de aquisição e por outras aplicações em contas remuneradas com liquidez diária.

3.2. Títulos e valores mobiliários

	30.06.2025	Consolidado 31.12.2024
Valor justo por meio do resultado	1.118	3.290
Custo amortizado - CDB e <i>time deposits</i>	12.552	26.434
Custo amortizado - Outros	280	278
Total	13.950	30.002
Circulante	13.670	26.397
Não circulante	280	3.605

Os títulos classificados como valor justo por meio de resultado referem-se principalmente a investimentos em títulos públicos federais brasileiros (valores determinados pelo nível 1 da hierarquia de valor justo). Estes investimentos financeiros possuem prazos de vencimento superiores a três meses.

Os títulos classificados como custo amortizado referem-se a aplicações no país em certificados de depósitos bancários (CDB) pós-fixados com liquidez diária, com prazos iniciais entre um e dois anos, além de aplicações no exterior em *time deposits*, com prazos superiores a três meses.

NOTAS EXPLICATIVAS**PETROBRAS**

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

4. Receita de vendas

	2025		Consolidado 2024	
	Abr-Jun	Jan-Jun	Abr-Jun	Jan-Jun
Receita bruta de vendas	154.187	311.446	156.282	306.523
Encargos de vendas ⁽¹⁾	(35.059)	(69.174)	(34.024)	(66.544)
Receita de vendas	119.128	242.272	122.258	239.979
Diesel	35.010	73.370	36.396	71.447
Gasolina	17.415	34.755	16.015	31.883
Gás liquefeito de petróleo (GLP)	5.004	9.286	4.134	7.890
Querosene de aviação (QAV)	5.718	12.284	5.980	11.845
Nafta	2.408	4.804	2.521	4.639
Óleo combustível (incluindo <i>bunker</i>)	750	1.717	1.213	2.915
Outros derivados de petróleo	5.494	10.934	5.596	10.643
Subtotal de derivados de petróleo	71.799	147.150	71.855	141.262
Gás natural	5.514	10.676	5.918	12.464
Petróleo	6.064	14.272	5.502	11.590
Renováveis e nitrogenados	235	545	227	383
Receitas de direitos não exercidos (<i>breakage</i>)	308	592	632	1.324
Energia elétrica	835	1.645	543	1.174
Serviços, agenciamentos e outros	1.031	1.999	1.052	2.275
Mercado interno	85.786	176.879	85.729	170.472
Exportações	32.154	63.559	35.053	66.743
Petróleo	25.213	47.516	26.813	51.131
Óleo combustível (incluindo <i>bunker</i>)	6.182	13.096	5.859	12.413
Outros derivados de petróleo e outros produtos	759	2.947	2.381	3.199
Vendas no exterior ⁽²⁾	1.188	1.834	1.476	2.764
Mercado externo	33.342	65.393	36.529	69.507
Receitas de vendas	119.128	242.272	122.258	239.979

(1) Inclui, principalmente, CIDE, PIS, COFINS e ICMS.

(2) Receita proveniente de vendas realizadas no exterior, incluindo trading e excluídas exportações.

No período de janeiro a junho de 2025, as receitas de dois clientes do segmento de Refino, Transporte e Comercialização (RTC), representam, individualmente, 15% e 10% das receitas da companhia. No período de janeiro a junho de 2024, as receitas de dois clientes do segmento RTC representavam, individualmente, 15% e 10% das receitas da companhia.

	2025		Consolidado 2024	
	Abr-Jun	Jan-Jun	Abr-Jun	Jan-Jun
Brasil	85.786	176.879	85.729	170.472
Mercado interno	85.786	176.879	85.729	170.472
China	11.408	17.684	15.116	22.475
Américas (exceto Estados Unidos da América)	4.436	8.358	4.995	10.192
Europa	5.510	11.643	7.699	13.713
Ásia (exceto China e Singapura)	6.386	13.369	2.171	4.558
Estados Unidos da América	1.649	5.634	3.450	10.736
Singapura	3.544	7.454	3.068	7.777
Outros	409	1.251	30	56
Mercado externo	33.342	65.393	36.529	69.507
Receitas de vendas	119.128	242.272	122.258	239.979

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

5. Custos e despesas por natureza

5.1. Custo dos produtos e serviços vendidos

	2025		Consolidado 2024	
	Abr-Jun	Jan-Jun	Abr-Jun	Jan-Jun
Matérias-primas, produtos para revenda, materiais e serviços contratados ⁽¹⁾	(29.716)	(59.493)	(27.940)	(57.319)
Compras e importações	(20.093)	(40.992)	(20.135)	(41.467)
Petróleo	(9.984)	(22.338)	(13.255)	(24.177)
Derivados	(8.974)	(15.916)	(5.201)	(13.436)
Gás natural	(1.135)	(2.738)	(1.679)	(3.854)
Serviços e outros	(9.623)	(18.501)	(7.805)	(15.852)
Depreciação, depleção e amortização	(17.023)	(31.715)	(12.630)	(25.742)
Participação governamental	(14.475)	(30.884)	(15.175)	(30.182)
Gastos com pessoal	(2.435)	(4.772)	(3.165)	(5.352)
Variação dos estoques	1.200	1.980	(2.301)	364
Total	(62.449)	(124.884)	(61.211)	(118.231)

(1) Inclui arrendamentos de curto prazo (12 meses ou inferior).

5.2. Despesas de vendas

	2025		Consolidado 2024	
	Abr-Jun	Jan-Jun	Abr-Jun	Jan-Jun
Materiais, serviços, fretes, aluguéis e outros	(6.067)	(11.307)	(5.570)	(11.119)
Depreciação, depleção e amortização	(965)	(1.949)	(870)	(1.725)
Reversão (perdas) de créditos esperadas	(77)	(53)	11	(40)
Gastos com pessoal	(174)	(350)	(183)	(334)
Total	(7.283)	(13.659)	(6.612)	(13.218)

5.3. Despesas gerais e administrativas

	2025		Consolidado 2024	
	Abr-Jun	Jan-Jun	Abr-Jun	Jan-Jun
Gastos com pessoal	(1.498)	(3.046)	(1.916)	(3.363)
Materiais, serviços, aluguéis e outros	(868)	(1.683)	(762)	(1.356)
Depreciação, depleção e amortização	(261)	(490)	(196)	(371)
Total	(2.627)	(5.219)	(2.874)	(5.090)

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

6. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

	2025		Consolidado 2024	
	Abr-Jun	Jan-Jun	Abr-Jun	Jan-Jun
Paradas para manutenção de ativos e gastos pré-operacionais	(3.739)	(7.446)	(3.656)	(6.889)
Equalização de gastos - AIP ⁽¹⁾	(3.849)	(3.872)	(77)	(127)
Plano de pensão e saúde (inativos) ⁽²⁾	(1.833)	(3.674)	(6.918)	(8.449)
Programas de remuneração variável ⁽³⁾	(1.729)	(3.413)	(1.226)	(2.489)
Perdas com processos judiciais, administrativos e arbitrais	(711)	(1.874)	(1.277)	(2.675)
Acordo coletivo de trabalho ⁽⁴⁾	(1.214)	(1.214)	(29)	(39)
Despesas operacionais com termelétricas	(322)	(643)	(277)	(603)
Relações institucionais e projetos culturais	(350)	(559)	(228)	(364)
Resultado com derivativos de commodities	49	59	97	122
Resultado com acordo de coparticipação em áreas licitadas	(113)	290	296	533
Resultado com alienações e baixa de ativos	78	402	663	1.469
Contratos de <i>Ship/Take or Pay</i> e multas aplicadas	385	553	216	449
Resultado de atividades não fim	712	1.284	431	624
Encerramento antecipado e alterações em pagamentos de contratos de arrendamento	800	1.705	417	759
Outros	(796)	576	1.345	2.289
Total	(12.632)	(17.826)	(10.223)	(15.390)

(1) Para mais informações vide nota explicativa 17.

(2) Para mais informações vide nota explicativa 13.2 - Benefícios pós-emprego.

(3) Composto por Participação nos lucros ou resultados (PLR) e Programa de prêmio por desempenho (PRD), conforme nota explicativa 13.

(4) Inclui parcela remanescente do abono do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2025-2027.

7. Resultado financeiro líquido

	2025		Consolidado 2024	
	Abr-Jun	Jan-Jun	Abr-Jun	Jan-Jun
Receitas Financeiras	1.955	3.692	2.488	5.224
Receitas com aplicações financeiras e títulos públicos	1.276	2.581	1.981	4.121
Outros	679	1.111	507	1.103
Despesas Financeiras	(6.030)	(11.774)	(15.631)	(20.941)
Despesas com financiamentos	(2.926)	(5.648)	(2.705)	(5.449)
Despesas com arrendamentos	(3.699)	(7.332)	(2.905)	(5.613)
Encargos financeiros capitalizados	2.642	5.266	1.996	3.857
Atualização financeira da provisão de desmantelamento	(1.861)	(3.722)	(1.345)	(2.692)
Adesão à transação tributária ⁽¹⁾	-	-	(10.399)	(10.399)
Outros	(186)	(338)	(273)	(645)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	9.647	24.249	(23.253)	(30.258)
Variações cambiais ⁽²⁾	11.343	29.474	(18.683)	(23.026)
Real x Dólar	11.965	30.326	(18.667)	(23.166)
Outras moedas	(622)	(852)	(16)	140
Reclassificação do <i>hedge accounting</i> ⁽²⁾	(2.824)	(7.052)	(3.126)	(6.578)
Adesão à transação tributária ⁽¹⁾	-	-	(1.184)	(1.184)
Atualização monetária de dividendos antecipados e dividendos a pagar	(500)	(876)	(1.634)	(1.980)
Atualização monetária de impostos a recuperar	573	909	(787)	(542)
Outros	1.055	1.794	2.161	3.052
Total	5.572	16.167	(36.396)	(45.975)

(1) Para mais informações vide nota explicativa 12.

(2) Para mais informações, vide notas explicativas 26.4.1.a. e 26.4.1.c.

8. Informações por segmento

8.1. Informações por segmento - Resultado

Demonstração consolidada do resultado por segmento de negócio - Abr-Jun/2025

	E&P	RTC	G&EBC	Corporativo e outros negócios	Eliminação	Total
Receita de vendas	81.606	112.104	12.320	449	(87.351)	119.128
Intersegmentos	81.266	1.451	4.626	8	(87.351)	-
Terceiros	340	110.653	7.694	441	-	119.128
Custo dos produtos e serviços vendidos	(37.410)	(105.290)	(6.475)	(394)	87.120	(62.449)
Lucro bruto	44.196	6.814	5.845	55	(231)	56.679
Despesas	(10.534)	(4.916)	(5.164)	(5.851)	-	(26.465)
Vendas	-	(2.933)	(4.259)	(91)	-	(7.283)
Gerais e administrativas	(147)	(549)	(177)	(1.754)	-	(2.627)
Custos exploratórios para extração de petróleo e gás	(1.050)	-	-	-	-	(1.050)
Custos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico	(842)	(9)	(9)	(235)	-	(1.095)
Tributárias	(38)	(79)	(29)	(576)	-	(722)
Reversão (perda), líquida, no valor de recuperação de ativos - <i>Impairment</i>	(778)	(275)	(3)	-	-	(1.056)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(7.679)	(1.071)	(687)	(3.195)	-	(12.632)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, participações e impostos	33.662	1.898	681	(5.796)	(231)	30.214
Resultado financeiro líquido	-	-	-	5.572	-	5.572
Resultado de participações em investidas por equivalência patrimonial	238	(52)	99	(31)	-	254
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	33.900	1.846	780	(255)	(231)	36.040
Imposto de renda e contribuição social	(11.445)	(646)	(232)	2.979	78	(9.266)
Lucro líquido do período	22.455	1.200	548	2.724	(153)	26.774
Atribuível aos:						
Acionistas da Petrobras	22.458	1.200	504	2.643	(153)	26.652
Acionistas não controladores	(3)	-	44	81	-	122
	22.455	1.200	548	2.724	(153)	26.774

Demonstração consolidada do resultado por segmento de negócio - Abr-Jun/2024

	E&P	RTC	G&EBC	Corporativo e outros negócios	Eliminação	Total
Receita de vendas	81.779	114.935	11.449	418	(86.323)	122.258
Intersegmentos	81.381	1.293	3.642	7	(86.323)	-
Terceiros	398	113.642	7.807	411	-	122.258
Custo dos produtos e serviços vendidos	(32.560)	(107.110)	(5.721)	(382)	84.562	(61.211)
Lucro bruto	49.219	7.825	5.728	36	(1.761)	61.047
Despesas	(8.200)	(3.660)	(4.531)	(10.117)	-	(26.508)
Vendas	(2)	(2.803)	(3.802)	(5)	-	(6.612)
Gerais e administrativas	(113)	(484)	(182)	(2.095)	-	(2.874)
Custos exploratórios para extração de petróleo e gás	(913)	-	-	-	-	(913)
Custos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico	(765)	(5)	(5)	(233)	-	(1.008)
Tributárias	(4.355)	(111)	(17)	(596)	-	(5.079)
Reversão (perda), líquida, no valor de recuperação de ativos - <i>Impairment</i>	-	201	-	-	-	201
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(2.052)	(458)	(525)	(7.188)	-	(10.223)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, participações e impostos	41.019	4.165	1.197	(10.081)	(1.761)	34.539
Resultado financeiro líquido	-	-	-	(36.396)	-	(36.396)
Resultado de participações em investidas por equivalência patrimonial	150	(1.323)	190	(13)	-	(996)
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	41.169	2.842	1.387	(46.490)	(1.761)	(2.853)
Imposto de renda e contribuição social	(13.946)	(1.416)	(407)	15.508	599	338
Lucro (prejuízo) líquido do período	27.223	1.426	980	(30.982)	(1.162)	(2.515)
Atribuível aos:						
Acionistas da Petrobras	27.227	1.426	920	(31.016)	(1.162)	(2.605)
Acionistas não controladores	(4)	-	60	34	-	90
	27.223	1.426	980	(30.982)	(1.162)	(2.515)

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Demonstração consolidada do resultado por segmento de negócio - Jan-Jun/2025

	Corporativo e outros negócios				Eliminação	Total
	E&P	RTC	G&EBC	negócios		
Receita de vendas	169.775	228.923	23.187	900	(180.513)	242.272
Intersegmentos	169.115	3.147	8.236	15	(180.513)	-
Terceiros	660	225.776	14.951	885	-	242.272
Custo dos produtos e serviços vendidos	(77.125)	(215.056)	(13.035)	(795)	181.127	(124.884)
Lucro bruto	92.650	13.867	10.152	105	614	117.388
Despesas	(14.820)	(9.212)	(9.715)	(10.882)	-	(44.629)
Vendas	(2)	(5.485)	(8.090)	(82)	-	(13.659)
Gerais e administrativas	(174)	(1.058)	(332)	(3.655)	-	(5.219)
Custos exploratórios para extração de petróleo e gás	(2.861)	-	-	-	-	(2.861)
Custos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico	(1.787)	(17)	(18)	(452)	-	(2.274)
Tributárias	(62)	(152)	(39)	(1.191)	-	(1.444)
Reversão (perda), líquida, no valor de recuperação de ativos - Impairment	(1.091)	(252)	(3)	-	-	(1.346)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(8.843)	(2.248)	(1.233)	(5.502)	-	(17.826)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, participações e impostos	77.830	4.655	437	(10.777)	614	72.759
Resultado financeiro líquido	-	-	-	16.167	-	16.167
Resultado de participações em investidas por equivalência patrimonial	315	283	183	(32)	-	749
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	78.145	4.938	620	5.358	614	89.675
Imposto de renda e contribuição social	(26.462)	(1.583)	(149)	833	(209)	(27.570)
Lucro líquido do período	51.683	3.355	471	6.191	405	62.105
Atribuível aos:						
Acionistas da Petrobras	51.690	3.355	374	6.037	405	61.861
Acionistas não controladores	(7)	-	97	154	-	244
	51.683	3.355	471	6.191	405	62.105

Demonstração consolidada do resultado por segmento de negócio - Jan-Jun/2024

	Corporativo e outros negócios				Eliminação	Total
	E&P	RTC	G&EBC	negócios		
Receita de vendas	161.423	224.840	23.438	797	(170.519)	239.979
Intersegmentos	160.505	2.792	7.206	16	(170.519)	-
Terceiros	918	222.048	16.232	781	-	239.979
Custo dos produtos e serviços vendidos	(65.320)	(206.081)	(11.559)	(744)	165.473	(118.231)
Lucro bruto	96.103	18.759	11.879	53	(5.046)	121.748
Despesas	(11.317)	(7.803)	(8.937)	(14.668)	-	(42.725)
Vendas	(6)	(5.535)	(7.608)	(69)	-	(13.218)
Gerais e administrativas	(214)	(901)	(321)	(3.654)	-	(5.090)
Custos exploratórios para extração de petróleo e gás	(1.583)	-	-	-	-	(1.583)
Custos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico	(1.455)	(13)	(8)	(440)	-	(1.916)
Tributárias	(4.453)	(145)	(42)	(1.134)	-	(5.774)
Reversão (perda), líquida, no valor de recuperação de ativos - Impairment	(21)	201	-	66	-	246
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(3.585)	(1.410)	(958)	(9.437)	-	(15.390)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, participações e impostos	84.786	10.956	2.942	(14.615)	(5.046)	79.023
Resultado financeiro líquido	-	-	-	(45.975)	-	(45.975)
Resultado de participações em investidas por equivalência patrimonial	235	(1.968)	297	(17)	-	(1.453)
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	85.021	8.988	3.239	(60.607)	(5.046)	31.595
Imposto de renda e contribuição social	(28.827)	(3.725)	(1.000)	21.536	1.716	(10.300)
Lucro (prejuízo) líquido do período	56.194	5.263	2.239	(39.071)	(3.330)	21.295
Atribuível aos:						
Acionistas da Petrobras	56.202	5.263	2.111	(39.151)	(3.330)	21.095
Acionistas não controladores	(8)	-	128	80	-	200
	56.194	5.263	2.239	(39.071)	(3.330)	21.295

NOTAS EXPLICATIVAS**PETROBRAS**

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas por segmento de negócio - Abr-Jun/2025

	E&P	RTC	G&EBC	Corporativo e outros negócios	Total
Paradas para manutenção de ativos e gastos pré-operacionais	(3.397)	(166)	(155)	(21)	(3.739)
Equalização de gastos - AIP	(3.849)	-	-	-	(3.849)
Plano de pensão e saúde (inativos)	-	-	-	(1.833)	(1.833)
Programas de remuneração variável	(777)	(420)	(89)	(443)	(1.729)
Perdas com processos judiciais, administrativos e arbitrais	30	(221)	(156)	(364)	(711)
Acordo Coletivo de Trabalho	(562)	(240)	(56)	(356)	(1.214)
Resultado com acordo de coparticipação em áreas licitadas	(113)	-	-	-	(113)
Resultado com alienações e baixa de ativos	(101)	8	80	91	78
Resultado de atividades não fim	676	16	1	19	712
Encerramento antecipado e alterações em pagamentos de contratos de arrendamento	829	(18)	-	(11)	800
Outras	(415)	(30)	(312)	(277)	(1.034)
Total	(7.679)	(1.071)	(687)	(3.195)	(12.632)

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas por segmento de negócio - Abr-Jun/2024

	E&P	RTC	G&EBC	Corporativo e outros negócios	Total
Paradas para manutenção de ativos e gastos pré-operacionais	(3.392)	(139)	(92)	(33)	(3.656)
Equalização de gastos - AIP	(77)	-	-	-	(77)
Plano de pensão e saúde (inativos)	-	-	-	(6.918)	(6.918)
Programas de remuneração variável	(517)	(314)	(72)	(323)	(1.226)
Perdas com processos judiciais, administrativos e arbitrais	(545)	(415)	(170)	(147)	(1.277)
Acordo Coletivo de Trabalho	(1)	(28)	-	-	(29)
Resultado com acordo de coparticipação em áreas licitadas	296	-	-	-	296
Resultado com alienações e baixa de ativos	532	231	22	(122)	663
Resultado de atividades não fim	335	63	20	13	431
Encerramento antecipado e alterações em pagamentos de contratos de arrendamento	409	17	9	(18)	417
Outras	908	127	(242)	360	1.153
Total	(2.052)	(458)	(525)	(7.188)	(10.223)

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas por segmento de negócio - Jan-Jun/2025

	E&P	RTC	G&EBC	Corporativo e outros negócios	Total
Paradas para manutenção de ativos e gastos pré-operacionais	(6.387)	(739)	(274)	(46)	(7.446)
Equalização de gastos - AIP	(3.872)	-	-	-	(3.872)
Plano de pensão e saúde (inativos)	-	-	-	(3.674)	(3.674)
Programas de remuneração variável	(1.553)	(795)	(174)	(891)	(3.413)
Perdas com processos judiciais, administrativos e arbitrais	(617)	(387)	(165)	(705)	(1.874)
Acordo Coletivo de Trabalho	(562)	(240)	(56)	(356)	(1.214)
Resultado com acordo de coparticipação em áreas licitadas	290	-	-	-	290
Resultado com alienações e baixa de ativos	84	1	94	223	402
Resultado de atividades não fim	1.274	(31)	3	38	1.284
Encerramento antecipado e alterações em pagamentos de contratos de arrendamento	1.701	(25)	3	26	1.705
Outras	799	(32)	(664)	(117)	(14)
Total	(8.843)	(2.248)	(1.233)	(5.502)	(17.826)

NOTAS EXPLICATIVAS**PETROBRAS**

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas por segmento de negócio - Jan-Jun/2024

	E&P	RTC	G&EBC	Corporativo e outros negócios	Total
Paradas para manutenção de ativos e gastos pré-operacionais	(6.400)	(268)	(165)	(56)	(6.889)
Equalização de gastos - AIP	(127)	-	-	-	(127)
Plano de pensão e saúde (inativos)	-	-	-	(8.449)	(8.449)
Programas de remuneração variável	(1.029)	(650)	(140)	(670)	(2.489)
Perdas com processos judiciais, administrativos e arbitrais	(962)	(891)	(190)	(632)	(2.675)
Acordo Coletivo de Trabalho	(5)	(30)	-	(4)	(39)
Resultado com acordo de coparticipação em áreas licitadas	533	-	-	-	533
Resultado com alienações e baixa de ativos	1.215	354	118	(218)	1.469
Resultado de atividades não fim	615	(75)	48	36	624
Encerramento antecipado e alterações em pagamentos de contratos de arrendamento	740	26	4	(11)	759
Outras	1.835	124	(633)	567	1.893
Total	(3.585)	(1.410)	(958)	(9.437)	(15.390)

O montante de depreciação, depleção e amortização por segmento de negócio é o seguinte:

	E&P	RTC	G&EBC	Corporativo e outros negócios	Total
Abr-Jun/2025	16.071	3.913	743	225	20.952
Abr-Jun/2024	12.128	3.320	736	177	16.361

	E&P	RTC	G&EBC	Corporativo e outros negócios	Total
Jan-Jun/2025	30.567	7.406	1.525	430	39.928
Jan-Jun/2024	24.656	6.527	1.492	334	33.009

8.2. Informações por segmento - Ativo**Ativo consolidado por segmento de negócio - 30.06.2025**

	E&P	RTC	G&EBC	Corporativo e outros negócios	Eliminação	Total
Circulante	16.843	55.510	2.658	84.606	(23.758)	135.859
Não circulante	813.690	116.132	28.952	80.257	-	1.039.031
Realizável a longo prazo	46.927	14.424	829	66.405	-	128.585
Investimentos	1.838	1.083	959	363	-	4.243
Imobilizado	755.010	99.842	26.730	11.349	-	892.931
Em operação	594.452	89.283	23.544	8.134	-	715.413
Em construção	160.558	10.559	3.186	3.215	-	177.518
Intangível	9.915	783	434	2.140	-	13.272
Ativo	830.533	171.642	31.610	164.863	(23.758)	1.174.890

Ativo consolidado por segmento de negócio - 31.12.2024

	E&P	RTC	G&EBC	Corporativo e outros negócios	Eliminação	Total
Circulante	16.701	55.838	2.345	86.210	(25.882)	135.212
Não circulante	760.749	115.848	30.226	82.762	-	989.585
Realizável a longo prazo	43.693	13.729	564	69.640	-	127.626
Investimentos	1.850	709	1.127	395	-	4.081
Imobilizado	704.444	100.669	28.118	10.686	-	843.917
Em operação	569.046	91.818	24.371	7.692	-	692.927
Em construção	135.398	8.851	3.747	2.994	-	150.990
Intangível	10.762	741	417	2.041	-	13.961
Ativo	777.450	171.686	32.571	168.972	(25.882)	1.124.797

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

9. Contas a receber

9.1. Contas a receber, líquidas

	Consolidado		Controladora	
	30.06.2025	31.12.2024	30.06.2025	31.12.2024
Recebíveis de contratos com clientes				
Terceiros	22.123	23.398	14.226	14.559
Partes relacionadas				
Investidas (nota explicativa 27.5)	855	726	15.430	31.714
Subtotal	22.978	24.124	29.656	46.273
Outras contas a receber				
Terceiros				
Recebíveis por desinvestimento e cessão onerosa	5.433	10.383	5.433	10.383
Arrendamentos	1.394	1.848	19	135
Outras	3.231	3.664	2.632	2.888
Partes relacionadas				
Aplicações em direitos creditórios - FIDC-NP (nota explicativa 27.3)	-	-	66.698	82.951
Subtotal	10.058	15.895	74.782	96.357
Total do contas a receber	33.036	40.019	104.438	142.630
Perdas de crédito esperadas (PCE) - Terceiros	(9.872)	(10.151)	(6.232)	(6.063)
Perdas de crédito esperadas (PCE) - Partes Relacionadas	(5)	(11)	(5)	(11)
Total do contas a receber, líquidas	23.159	29.857	98.201	136.556
Circulante	18.474	22.080	94.010	129.592
Não circulante	4.685	7.777	4.191	6.964

As contas a receber estão classificadas na categoria de custo amortizado, exceto por determinados recebíveis com formação de preço final após a transferência de controle dos produtos, que dependem da variação do valor da commodity, classificados na categoria valor justo por meio do resultado, cujo valor em 30 de junho de 2025 totalizou R\$ 2.726 (R\$ 2.579 em 31 de dezembro de 2024).

O saldo de recebíveis por desinvestimento e cessão onerosa está relacionado, principalmente, ao *earnout* dos campos de Sêpia e Atapu no montante de R\$ 1.139 (R\$ 3.147 em 31 de dezembro de 2024), pelas vendas do campo de Roncador de R\$ 1.872 (R\$ 2.185 em 31 de dezembro de 2024) e do Polo Potiguar de R\$ 822 (R\$ 1.345 em 31 de dezembro de 2024).

9.2. Aging do Contas a receber - Terceiros

	Consolidado				Controladora			
	30.06.2025		31.12.2024		30.06.2025		31.12.2024	
	Contas a receber	PCE	Contas a receber	PCE	Contas a receber	PCE	Contas a receber	PCE
A vencer	21.110	(478)	27.948	(1.041)	15.412	(474)	21.431	(1.023)
Vencidos:								
Até 3 meses	495	(108)	1.316	(466)	462	(103)	1.221	(463)
De 3 a 6 meses	182	(108)	391	(141)	151	(105)	353	(133)
De 6 a 12 meses	1.532	(1.195)	184	(111)	1.493	(1.192)	170	(106)
Acima de 12 meses	8.862	(7.983)	9.454	(8.392)	4.792	(4.358)	4.790	(4.338)
Total	32.181	(9.872)	39.293	(10.151)	22.310	(6.232)	27.965	(6.063)

9.3. Perdas de crédito esperadas – Terceiros e Partes Relacionadas

Movimentação	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
	Jan-Jun	Jan-Jun	Jan-Jun	Jan-Jun
Saldo inicial	10.162	7.821	6.074	4.636
Adições	530	453	513	429
Reversões	(325)	(222)	(325)	(212)
Baixas	(25)	(47)	(25)	(46)
Ajuste acumulado de conversão	(465)	470	-	-
Saldo final	9.877	8.475	6.237	4.807
Circulante	2.053	1.626	1.801	1.407
Não circulante	7.824	6.849	4.436	3.400

10. Estoques

	30.06.2025	Consolidado 31.12.2024
Petróleo	17.091	16.379
Derivados de petróleo	13.323	13.382
Intermediários	3.059	2.627
Gás Natural e Gás Natural Liquefeito (GNL)	693	628
Biocombustíveis	154	134
Fertilizantes	9	7
Total de produtos	34.329	33.157
Materiais, suprimentos e outros	10.598	8.393
Total	44.927	41.550

Os estoques são apresentados deduzidos de perdas para ajuste ao seu valor realizável líquido, sendo estes ajustes decorrentes, principalmente, de oscilações nas cotações internacionais do petróleo e derivados, e quando constituídos são reconhecidos no resultado do período como custos dos produtos e serviços vendidos. No período de janeiro a junho de 2025, houve constituição de provisão para perdas de R\$ 35 (reversão de R\$ 215 no período de janeiro a junho de 2024).

Em 30 de junho de 2025, a companhia possui um volume de estoque de petróleo e/ou derivados dado como garantia dos Termos de Compromisso Financeiro (TCF) relativos aos Planos de Pensão PPSP-R, PPSP-R Pré-70 e PPSP-NR Pré-70, assinados em 2008 com a Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros, no valor estimado de R\$ 4.466 (R\$ 4.712 em 31 de dezembro de 2024).

11. Fornecedores

	Consolidado		Controladora	
	30.06.2025	31.12.2024	30.06.2025	31.12.2024
Terceiros no país	23.750	22.644	22.315	21.401
Terceiros no exterior	10.520	14.917	3.751	8.879
Partes relacionadas (nota explicativa 27.1)	104	98	8.872	9.461
Total	34.374	37.659	34.938	39.741

Risco Sacado

A companhia possui um programa para fomentar o desenvolvimento da cadeia produtiva de óleo e gás denominado "Mais Valor", operacionalizado por uma empresa parceira em uma plataforma 100% digital.

As faturas performadas dos fornecedores cadastrados na plataforma ficam disponíveis para serem antecipadas em um processo de leilão reverso, cuja vencedora é a instituição financeira que fizer o lance com a menor taxa de desconto. A instituição financeira passa a ser a credora das faturas antecipadas pelo fornecedor, sendo que a Petrobras paga as faturas na mesma data e condições originalmente acordadas com o fornecedor.

As faturas são antecipadas no programa "Mais Valor" exclusivamente a critério dos fornecedores e não sofrem alteração de prazo, preços e condições comerciais contratados pela Petrobras com tais fornecedores, bem como não acrescenta encargos financeiros para a companhia, tendo, portanto, a classificação mantida em fornecedores e a apresentação na demonstração dos fluxos de caixa em atividade operacional.

Em 30 de junho de 2025, o saldo antecipado pelos fornecedores, no escopo do programa, é de R\$ 766 (R\$ 832 em 31 de dezembro de 2024), com prazo de pagamento entre 4 e 92 dias e prazo médio ponderado de 55 dias (prazo de pagamento entre 7 e 92 dias e prazo médio ponderado de 58 dias em 2024), após atendidas as condições comerciais contratadas.

12. Tributos

12.1. Imposto de renda e contribuição social

	Ativo Circulante		Passivo Circulante		Passivo Não Circulante	
	30.06.2025	31.12.2024	30.06.2025	31.12.2024	30.06.2025	31.12.2024
No país						
Tributos sobre o lucro ⁽¹⁾	3.459	2.510	190	4.324	2.098	2.046
Programas de regularização de débitos federais	-	-	315	303	1.129	1.238
	3.459	2.510	505	4.627	3.227	3.284
No exterior	8	35	3.075	4.044	-	-
Total	3.467	2.545	3.580	8.671	3.227	3.284

(1) O passivo inclui tratamentos fiscais incertos, vide nota explicativa 12.1.1.

Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

	2025		2024	
	Abr-Jun	Jan-Jun	Abr-Jun	Jan-Jun
Lucro (prejuízo) do período antes dos impostos	36.040	89.675	(2.853)	31.595
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(12.254)	(30.490)	970	(10.742)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:				
Juros sobre capital próprio	2.632	2.632	2.608	2.608
Alíquotas diferenciadas de empresas no exterior	1.301	2.677	1.252	2.680
Tributação no Brasil de lucro de empresas no exterior ⁽¹⁾	(230)	(643)	(471)	(717)
Incentivos fiscais	360	533	(118)	37
Efeitos da taxa mínima entre países - Pillar II	(312)	(614)	-	-
Ajustes de preços de transferência para transações entre partes relacionadas no exterior	(476)	(929)	-	-
Prejuízos fiscais	1	3	147	424
Adesão à transação tributária	-	-	(833)	(833)
Benefício pós-emprego	(534)	(1.190)	(2.844)	(3.445)
Resultado de equivalência patrimonial no país e exterior	83	251	(431)	(602)
Não incidência do IRPJ/CSLL sobre atualização pela Selic dos indêbitos tributários	99	174	144	248
Outros	64	26	(86)	42
Imposto de renda e contribuição social	(9.266)	(27.570)	338	(10.300)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(6.248)	(13.480)	5.568	7.225
Imposto de renda e contribuição social correntes	(3.018)	(14.090)	(5.230)	(17.525)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	25,7%	30,7%	11,8%	32,6%

(1) Imposto de renda e contribuição social no país referentes aos lucros auferidos por investidas no exterior, conforme dispositivos previstos na Lei nº 12.973/2014.

Imposto de renda e contribuição social diferidos – não circulante

O quadro a seguir demonstra a movimentação nos exercícios:

Movimentação	Consolidado		Controladora	
	2025 Jan-Jun	2024 Jan-Jun	2025 Jan-Jun	2024 Jan-Jun
Saldo inicial	(3.390)	(48.148)	(14.254)	(59.000)
Reconhecido no resultado	(13.480)	7.225	(13.266)	6.644
Reconhecido no patrimônio líquido	(18.799)	13.029	(18.816)	13.040
Ajuste acumulado de conversão	(209)	227	-	-
Utilização de créditos fiscais	(242)	(7)	(238)	-
Outros	118	(8)	-	2
Saldo final	(36.002)	(27.682)	(46.574)	(39.314)

O quadro a seguir demonstra a composição e o fundamento para realização dos ativos e passivos fiscais diferidos:

Natureza	Fundamento para realização	Consolidado	
		30.06.2025	31.12.2024
Imobilizado - Custo com prospecção e desmantelamento de áreas	Depreciação, amortização e baixa de ativos	(36.728)	(38.926)
Imobilizado - <i>Impairment</i>	Amortização, baixa de ativos e reversão <i>Impairment</i>	21.598	21.440
Imobilizado - Direito de uso	Depreciação, amortização e baixa de ativos	(68.582)	(52.745)
Imobilizado - Depreciação acelerada, linear x unidade produzida e encargos capitalizados	Depreciação, amortização e baixa de ativos	(101.466)	(99.340)
Empréstimos, contas a receber/pagar e financiamentos	Pagamentos, recebimentos e contraprestação	(5.920)	16.322
Arrendamentos	Apropriação da contraprestação	73.867	67.058
Provisão para desmantelamento de áreas	Pagamento e reversão da provisão	56.321	56.462
Provisão para processos judiciais	Pagamento e reversão da provisão	5.066	5.068
Prejuízos fiscais	Compensação do lucro tributável	5.432	6.046
Estoques	Venda, baixa e perda	2.680	2.628
Benefícios concedidos a empregados, principalmente plano de pensão	Pagamento e reversão da provisão	7.388	7.368
Outros		4.342	5.229
Total		(36.002)	(3.390)
Impostos diferidos ativos		5.483	5.710
Impostos diferidos passivos		(41.485)	(9.100)

12.1.1. Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Em 30 de junho de 2025, a companhia possui tratamentos fiscais incertos provisionados no balanço patrimonial, totalizando R\$ 4.548 (R\$ 4.748 em 31 de dezembro de 2024), relacionados principalmente à dedução de valores pagos na base de cálculo do IRPJ e da CSLL no país, bem como à incidência de *Corporate Income Tax* (CIT) sobre transações no exterior, relacionados a processos judiciais e administrativos. Adicionalmente, a companhia possui tratamentos fiscais incertos não provisionados no balanço patrimonial, no país e exterior, de tributos sobre o lucro, no montante de R\$ 30.960 (R\$ 33.408 em 31 de dezembro de 2024), relacionados a processos judiciais e administrativos.

A companhia também possui outros posicionamentos que podem ser considerados tratamentos fiscais incertos de tributos sobre o lucro, no valor de R\$ 29.579 (R\$ 26.468 em 31 de dezembro de 2024), dada a possibilidade de interpretação divergente por parte da autoridade fiscal. Esses tratamentos fiscais incertos são suportados por avaliações técnicas e por metodologia de avaliação de riscos tributários, portanto, a companhia entende que tais posicionamentos serão aceitos pelas autoridades fiscais, assim entendidos os órgãos que decidem se tratamentos fiscais são aceitáveis de acordo com a legislação tributária, incluindo tribunais judiciais.

Desta forma, em 30 de junho de 2025, as posições fiscais incertas, no país e no exterior, perfazem o montante de R\$ 65.087 (R\$ 64.624 em 31 de dezembro de 2024), para as quais a Petrobras seguirá defendendo sua posição.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

12.2. Impostos e contribuições

	Consolidado							
	Ativo circulante		Ativo não circulante		Passivo circulante		Passivo não circulante ⁽¹⁾	
	30.06.2025	31.12.2024	30.06.2025	31.12.2024	30.06.2025	31.12.2024	30.06.2025	31.12.2024
Impostos no país:								
ICMS / ICMS diferido	3.092	2.857	3.734	3.709	6.597	5.670	-	-
PIS e COFINS / PIS e COFINS diferido ⁽²⁾	3.199	6.460	14.227	12.656	2.252	2.311	945	829
PIS e COFINS - Lei 9.718/98	-	-	3.618	3.651	-	-	-	-
Participação especial/Royalties	-	-	-	-	8.568	9.345	428	539
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte	-	-	-	-	638	1.823	-	-
Outros	269	275	2.128	2.138	1.271	1.046	496	496
Total no país	6.560	9.592	23.707	22.154	19.326	20.195	1.869	1.864
Impostos no exterior	28	38	206	147	63	141	-	-
Total	6.588	9.630	23.913	22.301	19.389	20.336	1.869	1.864

(1) Os valores de impostos e contribuições no passivo não circulante estão classificados em "Outros passivos".

(2) Em janeiro e fevereiro de 2025, ocorreu aproveitamento dos créditos provenientes da adesão ao Edital de Transação PGFN-RFB 6/2024, realizada em junho de 2024, que encerrou disputas judiciais sobre contencioso relevante relacionado à incidência de tributos sobre remessas ao exterior.

12.3. Adesão à transação tributária

Em junho de 2024, a Petrobras aderiu ao Edital de Transação PGFN-RFB 6/2024, encerrando disputas judiciais relacionadas a tributos sobre remessas ao exterior, resultantes de contratos de afretamento de embarcações e prestação de serviços, regularizando débitos de CIDE, PIS e COFINS de 2008 a 2013. A adesão ao Edital trouxe benefícios econômicos, evitando custos com garantias judiciais, e incluiu um desconto de 65% sobre o valor total do débito. O pagamento da transação tributária foi concluído no segundo semestre de 2024, conforme divulgado na nota explicativa 17.3 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

Os efeitos da adesão resultaram em uma despesa de R\$ 11.238 no resultado consolidado do 2º trimestre de 2024, líquido dos ressarcimentos de parceiros em consórcios de E&P que aprovaram a adesão à transação até 30 de junho de 2024.

Despesa tributária	4.256
Resultado financeiro líquido	11.583
Imposto de renda e contribuição social	(4.601)
Efeito total no resultado	11.238

13. Benefícios a empregados

São todas as formas de compensação proporcionadas pela entidade em troca de serviços prestados pelos seus empregados ou pela rescisão do contrato de trabalho. Inclui também despesas com diretores e outros administradores. Tais benefícios incluem salários, benefícios pós-emprego, rescisórios e outros benefícios.

	Consolidado	
	30.06.2025	31.12.2024
Passivo		
Benefícios de curto prazo	10.023	9.395
Benefícios rescisórios	413	447
Benefícios pós-emprego	72.446	70.577
Total	82.882	80.419
Circulante	14.947	14.337
Não Circulante	67.935	66.082
Total	82.882	80.419

13.1. Benefícios de curto prazo

	Consolidado	
	30.06.2025	31.12.2024
Provisão de férias e 13º salário	4.246	3.215
Participação nos lucros ou resultados - PLR	1.849	2.379
Programa de prêmio por desempenho - PRD	1.717	2.161
Salários, encargos e outras provisões ⁽¹⁾	2.211	1.640
Total	10.023	9.395
Circulante	9.827	9.203
Não circulante ⁽²⁾	196	192
Total	10.023	9.395

(1) Inclui parcela remanescente do Abono do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2025-2027, reconhecido em Outras receitas (despesas) operacionais líquidas - nota explicativa 6.

(2) Refere-se ao saldo do diferimento por 4 anos da parcela do programa de remuneração variável dos administradores e dos gestores executivos.

A companhia reconheceu na demonstração do resultado os seguintes valores:

	2025		2024	
	Abr-Jun	Jan-Jun	Abr-Jun	Jan-Jun
Custeio/Despesas na demonstração de resultado				
Salários, férias, 13º salário, encargos sobre provisões e outros	(5.378)	(10.397)	(4.918)	(9.497)
Honorários e encargos de Administradores	(21)	(38)	(23)	(37)
Programas de remuneração variável ⁽¹⁾	(1.729)	(3.413)	(1.224)	(2.489)
Programa de prêmio por desempenho - PRD ⁽²⁾	(817)	(1.593)	(520)	(912)
Participação nos lucros ou resultados - PLR ⁽²⁾	(912)	(1.820)	(704)	(1.577)
Total	(7.128)	(13.848)	(6.165)	(12.023)

(1) Inclui complemento/reversão de programas anteriores.

(2) Valor reconhecido como Outras receitas (despesas) operacionais líquidas - nota explicativa 6.

13.1.1. Programas de remuneração variável

A companhia reconhece a contribuição dos empregados para os resultados alcançados, por meio de dois programas: a) Participação nos lucros e resultados; e b) Prêmio por desempenho.

Participação nos lucros ou resultados - PLR

No período de janeiro a junho de 2025, a Petrobras:

- realizou pagamento da PLR no valor de R\$ 2.350 (R\$ 2.266 na controladora), considerando o regimento e os limites individuais de acordo com a remuneração de cada empregado.
- provisionou o valor de R\$ 1.807 (R\$ 1.577 no período janeiro a junho de 2024) referente ao exercício de 2025, registrado em outras despesas operacionais. Na controladora, a provisão foi de R\$ 1.790 (R\$ 1.539 no período janeiro a junho de 2024).

Programa de prêmio por desempenho – PRD

No período de janeiro a junho de 2025, a Petrobras:

- realizou pagamento da PRD no valor de R\$ 2.033 (R\$ 1.535 na controladora), considerando o cumprimento de métricas de desempenho da companhia e o desempenho individual dos empregados; e
- provisionou o valor de R\$ 1.599 (R\$ 912 no período janeiro a junho de 2024) referente ao exercício de 2025, registrado em outras despesas operacionais, incluindo o programa de prêmio vigente da Petrobras e dos demais programas das empresas consolidadas. Na controladora, a provisão foi de R\$ 1.272 (R\$ 713 para o período janeiro a junho de 2024).

13.2. Benefícios pós-emprego

A companhia mantém um plano de saúde para seus empregados no Brasil (ativos e aposentados) e seus dependentes e outros cinco principais planos de benefícios de pensão pós-aposentadoria (chamados coletivamente de “planos de pensão da companhia”).

Os saldos relativos a benefícios pós-emprego concedidos a empregados estão representados a seguir:

	30.06.2025	Consolidado 31.12.2024
Passivo		
Plano de saúde - AMS Saúde Petrobras	48.367	46.433
Plano de pensão Petros Repactuados (PPSP-R)	13.980	14.175
Plano de pensão Petros Não Repactuados (PPSP-NR)	4.823	4.824
Plano de pensão Petros Repactuados Pré-70 (PPSP-R Pré-70)	2.516	2.444
Plano de pensão Petros Não Repactuados Pré-70 (PPSP-NR Pré-70)	2.429	2.345
Plano de pensão Petros 2 (PP2)	331	356
Total	72.446	70.577
Circulante	5.002	5.001
Não circulante	67.444	65.576

Plano de saúde

O Plano de saúde, nomeado AMS (Saúde Petrobras), é administrado e operado pela Associação Petrobras de Saúde (APS), associação civil, sem fins lucrativos, e inclui programas de prevenção e assistência à saúde. O plano oferece assistência à saúde a todos os empregados atuais, aposentados, pensionistas e grupo familiar elegível, de acordo com os critérios definidos no regulamento, e está aberto a novos empregados.

O pagamento do custo assistencial é efetuado pela companhia com base na utilização dos beneficiários. A participação financeira da companhia e dos beneficiários nas despesas é estabelecida no acordo coletivo de trabalho (ACT), sendo, atualmente, 70% (setenta por cento) para a companhia e 30% (trinta por cento) para os beneficiários.

Em 26 de abril de 2024, as Resoluções CGPAR n° 42/2022 e n° 49/2023 foram revogadas por intermédio da Resolução CGPAR n° 52/2024, razão pela qual a companhia e as entidades sindicais acordaram, em junho de 2024, via aditivo ao acordo coletivo de trabalho vigente, retomar a relação de custeio do plano de saúde historicamente praticada, de 70% para a Petrobras e 30% para os beneficiários, com vigência desde abril de 2024.

Em função dessa alteração, a companhia realizou uma revisão intermediária no passivo atuarial do plano de saúde no 2º trimestre de 2024 que resultou num aumento do passivo de R\$ 127, em contrapartida de: (i) R\$ 6.955 de despesa no resultado pelo custo do serviço passado decorrente da alteração do benefício; e (ii) R\$ 6.828 de ganho em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

Planos de pensão

Os planos de pensão patrocinados são administrados pela Fundação Petros, que foi constituída como uma entidade jurídica sem fins lucrativos de direito privado com autonomia administrativa e financeira.

Os planos de pensão são regulados pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) que contempla todas as diretrizes e procedimentos a serem adotados pelos planos para sua gestão e relacionamento com as partes interessadas.

A Petros realiza periodicamente avaliações dos planos em cumprimento a norma vigente de previdência complementar e, quando aplicável, estabelece medidas com objetivo de oferecer sustentabilidade aos planos.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Em 25 de março de 2025, o Conselho Deliberativo da Petros aprovou as demonstrações financeiras dos planos previdenciários patrocinados pela companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

A obrigação líquida com planos de pensão registrada pela companhia é calculada conforme os requerimentos do IFRS *Accounting Standards*, que adota uma metodologia de reconhecimento distinta daquela utilizada pelos fundos de pensão no Brasil, que são regulados pelo CNPC.

As principais diferenças entre as práticas contábeis da companhia (IFRS *Accounting Standards*) e do fundo de pensão (CNPC), em 31 de dezembro de 2024, são demonstradas a seguir:

	PPSP-R (1)	PPSP-NR (1)
Déficit acumulado de acordo com o CNPC - Fundação Petros	1.603	576
Contribuições futuras normais e extraordinárias - patrocinadora	23.181	6.793
Contribuições contratadas - Termo de Compromisso Financeiro - patrocinadora	4.073	2.738
Hipóteses financeiras (taxas de Juros e Inflação), ajuste no valor dos ativos do plano e metodologia de cálculo	(12.238)	(2.938)
Passivo atuarial líquido de acordo com a CVM - Patrocinadora	16.619	7.169

(1) Inclui o saldo dos planos PPSP-R Pré-70 e PPSP-NR Pré-70.

No critério CNPC, a Petros considera o fluxo futuro das contribuições normais e extraordinárias patronais, descontado a valor presente, enquanto a companhia só considera esses fluxos na medida em que são realizados. Além disso, a Petros define a taxa real de juros com base nas expectativas de rentabilidade e nos parâmetros da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), enquanto a companhia utiliza uma taxa que combina o perfil de maturidade das obrigações com a curva de retorno de títulos do governo. Em relação ao ativo garantidor, os títulos públicos na Petros são marcados a mercado ou na curva, enquanto na companhia são marcados todos a valor de mercado.

13.2.1. Valores nas demonstrações financeiras da Petrobras relacionados a planos de benefícios definidos

O passivo atuarial líquido representa as obrigações da companhia, líquidas do valor justo dos ativos do plano (quando aplicável), a valor presente.

A movimentação das obrigações atuariais relacionadas aos planos de pensão e saúde com característica de benefício definido é apresentada a seguir:

	Consolidado				Total
	PPSP-R (1)	PPSP-NR (1)	Planos de pensão Petros 2	Plano de saúde AMS - Saúde Petrobras	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	16.619	7.169	356	46.433	70.577
Reconhecido no resultado - custeio e despesas	1.022	448	16	3.385	4.871
Custo do serviço corrente	8	3	-	460	471
Custo dos juros, líquidos	1.014	445	16	2.925	4.400
Reconhecido no PL - outros resultados abrangentes	-	-	(1)	(3)	(4)
Efeito da remensuração reconhecido em ORA	-	-	(1)	(3)	(4)
Efeito caixa	(1.145)	(365)	(40)	(1.448)	(2.998)
Pagamento de contribuições	(1.065)	(320)	(40)	(1.448)	(2.873)
Termo de Compromisso Financeiro (TCF)	(80)	(45)	-	-	(125)
Saldo em 30 de junho de 2025	16.496	7.252	331	48.367	72.446

(1) Inclui o saldo dos planos PPSP-R Pré-70 e PPSP-NR Pré-70.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Consolidado				
			Planos de pensão	Plano de saúde	Total
	PPSP-R (1)	PPSP-NR (1)	Petros 2	AMS - Saúde Petrobras	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	22.950	8.713	873	46.772	79.308
Reconhecido no resultado - custeio e despesas	1.067	405	39	9.734	11.245
Custo do serviço passado ⁽²⁾				6.955	6.955
Custo do serviço corrente	19	5	1	586	611
Custo dos juros, líquidos	1.048	400	38	2.193	3.679
Reconhecido no PL - outros resultados abrangentes	-	-	-	(6.828)	(6.828)
Efeitos de remensuração reconhecidos em ORA ⁽²⁾	-	-	-	(6.828)	(6.828)
Efeito caixa	(1.090)	(337)	(33)	(994)	(2.454)
Pagamento de contribuições	(1.017)	(300)	(33)	(994)	(2.344)
Termo de Compromisso Financeiro (TCF)	(73)	(37)	-	-	(110)
Outros movimentos	-	1	-	-	1
Saldo em 30 de junho de 2024	22.927	8.782	879	48.684	81.272

(1) Inclui o saldo dos planos PPSP-R Pré-70 e PPSP-NR Pré-70.

(2) Efeito da revisão Intermediária no plano de saúde com alteração de benefícios.

A despesa líquida com planos de pensão e saúde está apresentada a seguir:

	Consolidado				
			Planos de pensão	Plano de Saúde	Total
	PPSP-R (1)	PPSP-NR (1)	Petros 2	AMS - Saúde Petrobras	
Relativa a empregados ativos (custeio e resultado)	(65)	(16)	(2)	(1.114)	(1.197)
Relativa aos inativos (outras despesas operacionais)	(957)	(432)	(14)	(2.271)	(3.674)
Despesa reconhecida no resultado - Jan-Jun/2025	(1.022)	(448)	(16)	(3.385)	(4.871)
Relativa a empregados ativos (custeio e resultado) ⁽²⁾	(85)	(19)	(9)	(2.683)	(2.796)
Relativa aos inativos (outras despesas operacionais) ⁽³⁾	(982)	(386)	(30)	(7.051)	(8.449)
Despesa reconhecida no resultado - Jan-Jun/2024	(1.067)	(405)	(39)	(9.734)	(11.245)

(1) Inclui o saldo dos planos PPSP-R Pré-70 e PPSP-NR Pré-70.

(2) Inclui o efeito da revisão intermediária no plano de saúde com alteração de benefício, de R\$ 1.566.

(3) Inclui o efeito da revisão intermediária no plano de saúde com alteração de benefício, de R\$ 5.389.

	Consolidado				
			Planos de pensão	Plano de Saúde	Total
	PPSP-R (1)	PPSP-NR (1)	Petros 2	AMS - Saúde Petrobras	
Relativa a empregados ativos (custeio e resultado)	(33)	(8)	(1)	(560)	(602)
Relativa aos inativos (outras despesas operacionais)	(478)	(217)	(6)	(1.132)	(1.833)
Despesa reconhecida no resultado - Abr-Jun/2025	(511)	(225)	(7)	(1.692)	(2.435)
Relativa a empregados ativos (custeio e resultado) ⁽²⁾	(43)	(9)	(5)	(2.125)	(2.182)
Relativa aos inativos (outras despesas operacionais) ⁽³⁾	(491)	(193)	(15)	(6.219)	(6.918)
Despesa reconhecida no resultado - Abr-Jun/2024	(534)	(202)	(20)	(8.344)	(9.100)

(1) Inclui o saldo dos planos PPSP-R Pré-70 e PPSP-NR Pré-70.

(2) Inclui o efeito da revisão intermediária no plano de saúde com alteração de benefício, de R\$ 1.566.

(3) Inclui o efeito da revisão intermediária no plano de saúde com alteração de benefício, de R\$ 5.389.

13.2.2. Contribuições

No período de janeiro a junho de 2025, a companhia contribuiu com o total de R\$ 2.998 (R\$ 2.454 para o período de janeiro a junho de 2024) para os planos de benefício definido, o que reduziu o saldo das obrigações, conforme quadro da nota explicativa 13.2.1. Adicionalmente, contribuiu com R\$ 648 (R\$ 586 para o período de janeiro a junho de 2024) para a parcela de contribuição definida do plano PP2 e R\$ 5 do plano PP3 (R\$ 5 para o período de janeiro a junho de 2024), que foram reconhecidas em custeio e despesas do período.

14. Processos judiciais e contingências

14.1. Provisão para processos judiciais e administrativos

A companhia constitui provisões nos processos judiciais, administrativos e arbitrais, em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada. As principais ações se referem a:

- Processos fiscais, incluindo: (i) multas por descumprimento de obrigações acessórias; (ii) não homologação de compensações de tributos federais, incluindo glosa de créditos de PIS/COFINS; e (iii) não recolhimento de contribuições previdenciárias sobre abonos e gratificações.
- Processos trabalhistas, destacando-se: (i) reclamações trabalhistas diversas; (ii) ações individuais de revisão da metodologia de apuração do complemento de Remuneração Mínima por Nível e Regime (RMNR); e (iii) ações de terceirizados.
- Processos cíveis, destacando-se: (i) pleitos envolvendo contratos; (ii) ações que discutem temas afetos a planos de previdência complementar geridos pela Petros; e (iii) processos administrativos e judiciais discutindo multas aplicadas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), em especial as relativas a sistemas de medição de produção.
- Processos ambientais, em especial: (i) multas relativas ao acidente ambiental ocorrido em 2000 no Estado do Paraná; (ii) multas relativas à operação offshore da companhia; e (iii) ação civil pública por vazamento de petróleo em 2004 no Parque Estadual da Serra do Mar/SP.

Os valores provisionados são os seguintes:

	30.06.2025	31.12.2024
Passivo não circulante		
Processos trabalhistas	4.103	3.937
Processos fiscais	2.478	2.474
Processos cíveis	7.994	9.936
Processos ambientais	1.196	1.196
Total	15.771	17.543

	2025	2024
	Jan-Jun	Jan-Jun
Saldo inicial	17.543	16.000
Adição, líquida de reversão	792	1.301
Utilização	(3.665)	(1.340)
Atualização	1.148	1.371
Outros	(47)	42
Saldo final	15.771	17.374

Na preparação das informações financeiras intermediárias do período findo em 30 de junho de 2025, a companhia considerou todas as informações disponíveis relativas aos processos em que é parte envolvida para realizar as estimativas dos valores das obrigações e a probabilidade da saída de recursos.

No período de janeiro a junho de 2025, o decréscimo no passivo provisionado decorre, principalmente, das alterações ocorridas nos seguintes casos:

- celebração do acordo para encerrar o litígio com a EIG, conforme detalhado na nota explicativa 14.4.3; e
- R\$ 222 referente a litígios de natureza cível relacionados a desapropriação e servidão de passagem.

14.2. Depósitos judiciais

A companhia efetua depósitos na fase judicial, em especial para suspender a exigibilidade do débito de natureza tributária e permitir ao contribuinte a manutenção de sua regularidade fiscal. Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

		Consolidado
	30.06.2025	31.12.2024
Ativo não circulante		
Fiscais	53.632	50.694
Trabalhistas	4.632	4.812
Cíveis	19.168	16.680
Ambientais e outros	597	559
Total	78.029	72.745

		Consolidado
	2025	2024
	Jan-Jun	Jan-Jun
Saldo inicial	72.745	71.390
Adição, líquido de reversão	2.517	3.417
Utilização ⁽¹⁾	(409)	(6.968)
Atualização financeira	3.178	1.484
Outros	(2)	45
Saldo final	78.029	69.368

(1) No período de janeiro a junho de 2024, ocorreu aproveitamento dos créditos provenientes da adesão ao Edital de Transação PGFN-RFB 6/2024, que encerrou disputas judiciais sobre contencioso relevante relacionado à incidência de tributos sobre remessas ao exterior.

No período de janeiro a junho de 2025, a companhia realizou depósitos judiciais líquidos de reversão no montante de R\$ 2.517, com destaque para os depósitos e a natureza das contingências vinculadas:

- R\$ 1.145 referentes a valores de participação governamental relacionados à unificação de campos de produção (Cernambi, Tupi, Tartaruga Verde e Tartaruga Mestiça);
- R\$ 468 referentes à contratos de prestação de serviço, com destaque para contratos de distribuição de gás para as Usinas Termelétricas;
- R\$ 381 referentes a IRPJ e CSLL pela não adição dos lucros de controladas e coligadas domiciliadas no exterior à base de cálculo do IRPJ e CSLL da controladora; e
- R\$ 334 referentes a diversos depósitos de natureza tributária.

A companhia mantém Negócio Jurídico Processual (NJP) celebrado com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), com o objetivo de postergar a realização de depósitos judiciais, relacionados a processos tributários federais, com valores superiores a R\$ 200, viabilizando a discussão judicial sem a necessidade de desembolso financeiro imediato.

Para isso, a companhia oferece capacidade de produção dos campos de Tupi, Sapinhoá e/ou Roncador. À medida que os depósitos judiciais venham a ser realizados, a referida capacidade de produção é liberada para outros processos que venham a integrar o NJP.

A companhia entende que o referido NJP permite maior previsibilidade de caixa e assegura a manutenção da regularidade fiscal federal. Em 30 de junho de 2025, a capacidade de produção compromissada no NJP totalizava R\$ 13.456 (R\$ 13.362 em 31 de dezembro de 2024).

14.3. Processos judiciais e administrativos não provisionados

Em 30 de junho de 2025, os passivos contingentes acrescidos de juros e atualização monetária, estimados para os processos judiciais cuja probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

Natureza	Consolidado	
	30.06.2025	31.12.2024
Fiscais	130.328	132.970
Trabalhistas	10.223	40.034
Cíveis	75.365	67.559
Ambientais e outros	8.215	8.038
Total	224.131	248.601

Os principais processos judiciais não provisionados são:

- Processos fiscais, incluindo: (i) lucro de controladas e coligadas domiciliadas no exterior não adicionado à base de cálculo do IRPJ e da CSLL; (ii) não homologação de compensações de PIS e COFINS em virtude de glosa de créditos; (iii) cobrança de PIS e COFINS, decorrente do pagamento de tributos transacionado com a União Federal, com exclusão do recolhimento de multas; (iv) incidência de contribuições previdenciárias sobre o pagamento de abonos e gratificações; (v) cobrança de ICMS envolvendo vários estados; (vi) incidência de Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF sobre as remessas para pagamentos de afretamentos de embarcações; e (vii) cobrança de IRPJ e CSLL sobre preços de transferência.
- Processos trabalhistas envolvendo assuntos diversos.
- Processos cíveis, destacando-se: (i) pleitos envolvendo contratos; (ii) processos administrativos e judiciais que discutem diferença de participação especial e royalties em campos de petróleo diversos, incluindo unificação de jazidas e reservatórios; (iii) ações que discutem temas afetos a planos de previdência complementar geridos pela Petros; (iv) multas de agências reguladoras, em especial, da ANP; e (v) processos judiciais e arbitrais que discutem vendas de ativos realizadas pela Petrobras.
- Processos ambientais, com destaque para indenizações e reparações por danos e multas ambientais relacionadas às operações da companhia.

No período de janeiro a junho de 2025, o decréscimo no passivo contingente decorre, principalmente, das seguintes alterações:

- R\$ 29.576 referentes a decisões favoráveis em ações coletivas que requerem a revisão da metodologia de apuração do complemento de Remuneração Mínima por Nível e Regime (RMNR), conforme detalhado na Nota Explicativa 14.3.1;
- R\$ 4.111 referentes à decisão favorável de exclusão da multa de ofício e seus reflexos na incidência de Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF sobre as remessas para pagamentos de afretamentos de embarcações;
- R\$ 1.484 por decisão favorável em incidência de IRPJ e CSLL sobre preços de transferência; e
- R\$ 976 por decisão favorável em um processo sobre incidência de IRPJ e CSLL sobre ganho de capital na alienação e amortização de ágio na aquisição de participações societárias.

Esses efeitos foram compensados, principalmente, por: (i) R\$ 4.324 referentes a litígios de natureza cível envolvendo questões contratuais; (ii) R\$ 1.880 referentes a processos administrativos e judiciais que discutem diferença de participação especial e royalties em campos de petróleo diversos, incluindo unificação de jazidas e reservatórios; (iii) R\$ 799 referentes a ações que discutem temas afetos a planos de previdência complementar geridos pela Petros; (iv) R\$ 792 referentes a não homologação de compensações de PIS e COFINS em virtude de glosa de créditos; e (v) R\$ 577 referentes à cobrança sobre creditamento de ICMS - Monofasia incidente na aquisição de mercadorias.

14.3.1. RMNR - Remuneração mínima por nível e regime de trabalho

A RMNR consiste em uma remuneração mínima garantida aos empregados, baseada no nível salarial, regime e condição de trabalho e localização geográfica. Essa política de remuneração foi criada e implantada pela Petrobras em 2007 por meio de negociação coletiva com representantes sindicais, e aprovada em assembleias dos empregados, sendo a fórmula de cálculo do complemento dessa remuneração mínima adotada pela companhia posteriormente questionada judicialmente por empregados e Sindicatos.

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) estabeleceu critério diverso do acordado e firmou entendimento em sentido parcialmente contrário à companhia, decidindo pela exclusão de algumas parcelas do cálculo, o que foi consolidado no Tema 13 de Recursos Repetitivos do TST. O Supremo Tribunal Federal (STF), acolhendo recurso da Petrobras, reconheceu em março de 2024 que a fórmula de cálculo utilizada pela companhia é válida e está conforme o negociado entre as partes. Em abril de 2025, o TST, acatando a decisão do STF, declarou superado o mencionado Tema 13, revogando-o.

A companhia vem ajustando a expectativa de perda das ações coletivas sobre RMNR de possível para remota e vem ajustando a expectativa de perda dos processos individuais, conforme seus andamentos processuais.

Como existem ações judiciais em diversas fases processuais, a companhia acompanha a aplicação do precedente aos respectivos processos, os quais vêm tendo suas expectativas alteradas ou sendo baixados, conforme sua evolução no Judiciário. A redução de valor em perda possível de R\$ 29.576 no período de janeiro a junho de 2025 se deve, principalmente, ao encerramento definitivo, com decisão favorável à companhia, em junho de 2025, de ação coletiva da base sindical do Norte Fluminense.

Em 30 de junho de 2025, por conta da diversidade de fases, subsistem processos judiciais relacionados à RMNR refletidos nas demonstrações financeiras da companhia, sendo R\$ 498 (R\$ 546 em 31 de dezembro de 2024) classificados como perda provável, reconhecidos no passivo como provisão para processos judiciais e administrativos, e R\$ 977 (R\$ 30.553 em 31 de dezembro de 2024) classificados como perda possível.

14.4. Ações coletivas (*class actions*) e processos relacionados

14.4.1. Ação coletiva na Holanda

Em 23 de janeiro de 2017, Stichting Petrobras Compensation Foundation ("Fundação") ajuizou uma ação coletiva na Holanda, na Corte Distrital de Roterdã, contra a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, Petrobras International Braspetro B.V. (PIB BV), Petrobras Global Finance B.V. (PGF), Petrobras Oil & Gas B.V. (PO&G) e alguns ex-gestores da Petrobras. A Fundação alega que representa os interesses de um grupo não identificado de investidores e afirma que, com base nos fatos revelados pela Operação Lava Jato, os réus agiram de maneira ilegal perante os investidores. Em 26 de maio de 2021, a Corte Distrital de Roterdã decidiu que a ação coletiva deveria prosseguir e que a cláusula de arbitragem do Estatuto Social da Petrobras não impede que acionistas da companhia tenham acesso ao Poder Judiciário holandês e tenham seus interesses representados pela Fundação. Não obstante, estão excluídos do escopo da ação os interesses dos investidores que já tenham iniciado arbitragem contra a Petrobras ou que sejam partes em processos judiciais nos quais tenha sido reconhecida de forma definitiva a aplicabilidade da cláusula de arbitragem.

Em 26 de julho de 2023, a Corte emitiu decisão intermediária de mérito em que adiantou os seguintes entendimentos: i) foram rejeitados os pedidos formulados contra PIB BV, PO&G e determinados ex-gestores da Petrobras; ii) a Corte declarou que a Petrobras e a PGF atuaram ilegalmente em relação aos seus investidores, embora não se considere suficientemente informada sobre aspectos relevantes das leis brasileira, argentina e luxemburguesa para decidir definitivamente sobre o mérito da ação; e iii) os alegados direitos sob a legislação espanhola estão prescritos.

Quanto aos aspectos das leis brasileira, argentina e luxemburguesa considerados relevantes para sentença, a Corte determinou a produção de prova técnica por especialistas brasileiros, argentinos e por autoridades luxemburguesas.

Em 30 de outubro de 2024, após a manifestação das partes sobre a prova técnica, a Corte Distrital de Roterdã proferiu sentença, na qual acolheu amplamente os argumentos da Petrobras com relação aos pedidos apresentados em favor dos acionistas da companhia e considerou que: i) de acordo com a legislação brasileira, todos os danos alegados pela Fundação se qualificam como indiretos e não são passíveis de ressarcimento; e ii) de acordo com a legislação argentina, os acionistas não podem, em princípio, pleitear indenização da companhia pelos danos alegados pela Fundação, e a Fundação não demonstrou que representa um número suficiente de investidores que poderiam, em tese, apresentar tal pedido.

Dessa forma, a Corte Distrital de Roterdã rejeitou as alegações da Fundação de acordo com as leis brasileira e argentina, o que resulta na rejeição de todos os pedidos formulados em favor de acionistas. Com relação a determinados detentores de bonds, o Tribunal considerou que a Petrobras e a PGF agiram ilegalmente sob a legislação de Luxemburgo, enquanto a PGF agiu ilegalmente no que tange à legislação holandesa.

Além disso, a Corte Distrital de Roterdã confirmou os seguintes pontos da decisão divulgada ao mercado em 26 de julho de 2023: i) rejeição das alegações contra a PIBBV, POG BV e os ex-Presidentes da Petrobras, Maria das Graças Silva Foster e José Sérgio Gabrielli de Azevedo; ii) prescrição de pedidos formulados de acordo com a legislação espanhola.

A Fundação e a PGF recorreram da sentença e das decisões intermediárias anteriores. A Petrobras ainda poderá apresentar seu próprio recurso no prazo de resposta ao recurso da Fundação.

Mesmo em relação aos detentores de bonds, a Fundação não pode pedir indenização no âmbito da ação coletiva, o que dependerá não apenas de um resultado final favorável aos interesses dos investidores na própria ação coletiva, mas também do ajuizamento de ações posteriores por ou em nome dos investidores pela própria Fundação, oportunidade em que a Petrobras e a PGF poderão oferecer todas as defesas já apresentadas na ação coletiva e outras que julgar cabíveis, inclusive em relação à ocorrência e à quantificação de eventuais danos, que deverão ser provados pelos eventuais beneficiários da decisão ou pela Fundação. A eventual indenização pelos danos alegados somente será determinada por decisões judiciais em ações posteriores.

A ação coletiva diz respeito a questões complexas e o resultado está sujeito a incertezas substanciais, que dependem de fatores como: o escopo da cláusula compromissória do Estatuto da Petrobras, a jurisdição do Poder Judiciário holandês, o escopo do acordo que encerrou a Class Action nos Estados Unidos, a legitimidade da Fundação para representar os interesses dos investidores, as várias leis aplicáveis ao caso, a informação obtida a partir da fase de produção de provas, as análises periciais, o cronograma a ser definido pela Corte de apelação de Haia e as decisões judiciais sobre questões-chave do processo, os possíveis recursos, inclusive perante a Suprema Corte, bem como o fato de a Fundação buscar apenas uma decisão declaratória nesta ação coletiva.

A companhia, com suporte nas avaliações de seus assessores, considera que não há elementos indicativos suficientes para a qualificação do universo dos potenciais beneficiários de uma eventual decisão definitiva desfavorável aos interesses da Petrobras, tampouco para a quantificação dos danos supostamente indenizáveis.

Assim, não é possível prever no momento se a companhia será responsável pelo pagamento efetivo de indenizações em eventuais ações individuais futuras, porque essa análise dependerá do resultado desses procedimentos complexos. Além disso, não é possível saber quais investidores serão capazes de apresentar ações individuais subsequentes relacionadas a esse assunto contra a Petrobras.

Ademais, as alegações formuladas são amplas, abrangem um período plurianual e envolvem uma ampla variedade de atividades e, no cenário atual, os impactos de tais alegações são altamente incertos. As incertezas inerentes a todas essas questões afetam a duração da resolução final dessa ação. Como resultado, a Petrobras não é capaz de projetar uma estimativa confiável da potencial perda resultante dessa ação. Não obstante, a Petrobras continua a negar as alegações da Fundação, em relação às quais foi considerada vítima por todas as autoridades brasileiras, inclusive o STF.

A Petrobras e as suas subsidiárias negam as alegações apresentadas pela Fundação e continuarão se defendendo firmemente.

14.4.2. Arbitragem e outros processos judiciais na Argentina

Na arbitragem da Argentina, na qual se discute a responsabilização da Petrobras por uma suposta perda de valor de mercado das ações da Petrobras no país, em razão dos desdobramentos da chamada Operação Lava Jato, o recurso apresentado pela Consumidores Damnificados Asociación Civil, antes denominada Consumidores Financieros Asociación Civil para su Defensa (“Associação”), teve seguimento negado. A Associação apresentou novo recurso à Suprema Corte argentina, o qual também foi negado, tendo a arbitragem sido enviada ao Tribunal Arbitral. A companhia não possui elementos que permitam produzir uma estimativa confiável da potencial perda nesta arbitragem.

Em paralelo a tal arbitragem, a Associação também iniciou uma ação coletiva perante a Corte Civil e Comercial de Buenos Aires, na Argentina, tendo a Petrobras comparecido espontaneamente em 10 de abril de 2023, no âmbito da qual alega a responsabilidade da Petrobras por uma suposta perda do valor de mercado dos valores mobiliários da Petrobras na Argentina, em decorrência de alegações formuladas no âmbito da Operação Lava Jato e seus reflexos nas demonstrações financeiras da companhia anteriores a 2015. A Petrobras apresentou sua defesa em 30 de agosto de 2023. A Petrobras nega as alegações apresentadas pela Associação e se defenderá das acusações formuladas pela autora da ação coletiva. A companhia não possui elementos que permitam produzir uma estimativa confiável da potencial perda nesta ação.

Quanto à ação penal na Argentina relacionada a uma suposta oferta fraudulenta de valores mobiliários, agravada pelo fato de a Petrobras supostamente ter declarado dados falsos nas suas demonstrações financeiras anteriores a 2015, o Tribunal de Apelações revogou, em 21 de outubro de 2021, a decisão de primeira instância que havia reconhecido a imunidade de jurisdição da Petrobras e recomendou que o Juízo de primeira instância promovesse algumas diligências para certificar se a companhia poderia ser considerada criminalmente imune na Argentina para posterior reavaliação do tema. Após realização das diligências determinadas pelo Tribunal de Apelações, em 30 de maio de 2023, o Juízo de primeira instância negou o reconhecimento de imunidade de jurisdição à Petrobras. A Petrobras apresentou recurso contra essa decisão, o qual foi reconhecido pelo Tribunal de Apelações em 18 de abril de 2024. Contra essa decisão, a Associação apresentou novo recurso, e em 20 de dezembro de 2024, a Corte de Cassação reformou a decisão do Tribunal de Apelações para negar a imunidade de jurisdição da Petrobras, que, por sua vez, recorreu à Suprema Corte para restabelecer a decisão da Corte de Apelações. Em 27 de dezembro de 2024, antes do trânsito em julgado da decisão da Corte de Cassação, o juízo de primeira instância decretou o processamento da Petrobras e um embargo cautelar, o que foi objeto de recurso para o Tribunal de Apelações, que, em 3 de abril de 2025, revogou a decisão de processamento e o embargo cautelar. Em outro aspecto processual, em 15 de setembro de 2022 a Corte de Cassação reconheceu à Associação o direito de representar os consumidores financeiros. O recurso da companhia contra tal decisão foi rejeitado em 21 de fevereiro de 2025. A Petrobras apresentou outras defesas processuais, que poderão ser rediscutidas em fases posteriores do processo. Esta ação penal tramita perante o Tribunal Econômico Criminal nº 2 da cidade de Buenos Aires.

Em relação à outra ação penal, por alegado descumprimento da obrigação de publicar como “fato relevante” no mercado argentino que existia uma ação coletiva movida por Consumidores Damnificados Asociación Civil perante a Corte Comercial, em 25 de março de 2025, a 1ª instância da Justiça argentina encerrou a ação por considerar que não havia fato relevante que devesse ser informado nos termos da legislação local. Como não houve recurso, a decisão transitou em julgado.

14.4.3. Ação judicial nos Estados Unidos relacionado à Sete Brasil Participações S.A. ("Sete")

A EIG Energy Fund XIV, L.P. e afiliadas ("EIG") ajuizaram contra a Petrobras, perante a Corte Distrital Colúmbia, Estados Unidos, ação para reaver os prejuízos relacionados ao seu investimento na Sete Brasil Participações S.A. Em 8 de agosto de 2022, o juiz acolheu o pleito da EIG quanto à responsabilidade da Petrobras pelos alegados prejuízos, mas negou o pedido de julgamento antecipado (*motion for summary judgment*) com relação a danos, com o que a concessão de indenização ficou sujeita à comprovação dos danos pela EIG em audiência de julgamento e à apreciação das defesas pela companhia. Na mesma decisão, cujos reflexos foram reconhecidos nas demonstrações financeiras da companhia em 2022, o juiz negou o pedido de extinção do processo com base na imunidade de jurisdição da Petrobras, razão pela qual foi apresentado recurso perante a Corte Federal de Apelações do Distrito de Colúmbia, que foi negado em junho de 2024. Em seguida, a Petrobras apresentou pedido de revisão da questão, o qual foi rejeitado em 24 de julho de 2024. Diante disso, o processo, que havia sido suspenso pelo juiz de primeira instância em 26 de outubro de 2022 em função da interposição do recurso pela Petrobras, retomou o seu curso.

Em outra frente processual iniciada pela EIG, em 26 de agosto de 2022 a Corte Distrital de Amsterdã concedeu medida cautelar para bloquear determinados ativos da Petrobras na Holanda. A concessão foi fundamentada na decisão da Corte Distrital de Columbia de 8 de agosto de 2022 e teve como propósito garantir a satisfação dos pedidos da EIG contidos no processo norte-americano mencionado acima.

Em 7 de março de 2025, a Petrobras e a EIG celebraram acordo para encerrar o litígio entre as partes. Nos termos do acordo, a Petrobras pagou à EIG o montante de US\$ 283 milhões, ao passo que a EIG requereu o encerramento da ação em trâmite na Corte Distrital de Colúmbia e o cancelamento da medida cautelar de bloqueio de ativos da Petrobras na Holanda, não havendo quaisquer disputas judiciais entre as partes a respeito do tema. Adicionalmente, a EIG renunciou a qualquer direito relacionado à disputa.

O acordo não constitui reconhecimento de culpa ou de prática de atos irregulares pela Petrobras e atende aos melhores interesses da companhia e de seus acionistas, tendo em vista as peculiaridades da legislação norte-americana, aplicável ao julgamento da causa, bem como o estágio processual e as características de litígios nas Cortes Federais dos Estados Unidos.

14.4.4. Arbitragens propostas por acionistas minoritários no Brasil

Não ocorreram alterações relevantes no período de janeiro a junho de 2025.

Para mais informações, consultar a nota explicativa 19.5, das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

15. Provisão para desmantelamento de áreas

O quadro a seguir detalha o valor da provisão para desmantelamento por área de produção:

	30.06.2025	Consolidado 31.12.2024
Terra	3.049	3.053
Águas rasas	45.743	44.996
Águas profundas e ultraprofundas pós-sal	73.443	74.740
Pré-sal	40.040	39.464
Total	162.275	162.253
Circulante	13.720	10.500
Não circulante	148.555	151.753

NOTAS EXPLICATIVAS**PETROBRAS**

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Consolidado	
	2025	2024
	Jan-Jun	Jan-Jun
Saldo inicial	162.253	112.330
Revisão de provisão	47	369
Transferências referentes a passivos mantidos para venda	565	(1.729)
Utilização	(4.139)	(3.515)
Atualização de juros	3.622	2.621
Outros	(73)	69
Saldo final	162.275	110.145

16. Outros ativos e passivos

Ativo	Consolidado		Controladora	
	30.06.2025	31.12.2024	30.06.2025	31.12.2024
Depósitos vinculados e/ou dados em garantia	3.773	4.647	3.497	4.179
Adiantamentos a fornecedores	14.272	13.667	15.374	14.836
Despesas antecipadas	2.200	2.172	1.770	1.695
Operações com derivativos	400	181	266	109
Ativos relativos a parcerias de negócio	799	2.342	6.207	5.545
Outros	2.465	2.078	963	877
Total	23.909	25.087	28.077	27.241
Circulante	7.714	9.599	10.964	10.817
Não circulante	16.195	15.488	17.113	16.424

Passivo	Consolidado		Controladora	
	30.06.2025	31.12.2024	30.06.2025	31.12.2024
Obrigações oriundas de desinvestimentos	4.933	5.657	4.930	5.655
Retenções contratuais	4.502	3.785	4.368	3.668
Adiantamentos de clientes	1.557	1.671	1.316	1.355
Provisões com gastos ambientais, P&D e multas	4.845	4.215	4.554	3.884
Impostos e contribuições (nota explicativa 12.2)	1.869	1.864	1.869	1.864
Dividendos não reclamados	1.529	1.708	1.529	1.708
Operações com derivativos	514	799	421	666
Obrigações oriundas de aquisição de participação societária	831	806	831	806
Credores diversos	515	610	514	605
Outros	2.586	2.566	2.468	2.540
Total	23.681	23.681	22.800	22.751
Circulante	14.065	13.652	12.676	12.045
Não circulante	9.616	10.029	10.124	10.706

17. Imobilizado

17.1. Por tipo de ativos

						Consolidado	Controladora
	Terrenos, edificações e benfeitorias	Equipamentos e outros bens ⁽¹⁾	Ativos em construção ⁽²⁾	Gastos c/exploração e desenvolvimento ⁽³⁾	Direitos de uso	Total	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	15.389	283.650	150.990	222.434	171.454	843.917	858.561
Custo acumulado	24.119	600.426	187.751	417.094	262.342	1.491.732	1.444.141
Depreciação e impairment acumulado ⁽⁴⁾	(8.730)	(316.776)	(36.761)	(194.660)	(90.888)	(647.815)	(585.580)
Adições	-	134	42.979	430	48.157	91.700	90.513
Desmantelamento de áreas - revisão/constituição	-	-	-	34	-	34	-
Juros capitalizados	-	-	5.236	-	-	5.236	5.236
Baixas	(3)	(150)	(1.666)	(20)	(77)	(1.916)	(1.884)
Transferências ⁽⁵⁾	602	14.364	(19.875)	8.436	-	3.527	3.533
Transferências para ativos mantidos para venda	-	(7)	-	-	-	(7)	(5)
Depreciação, amortização e depleção	(281)	(15.189)	-	(12.400)	(20.114)	(47.984)	(49.506)
Impairment - constituição (nota explicativa 19)	(18)	(650)	(108)	(58)	(465)	(1.299)	(1.299)
Impairment - reversão (nota explicativa 19)	-	23	-	-	-	23	-
Ajuste acumulado de conversão	(4)	(22)	(38)	(236)	-	(300)	-
Saldo em 30 de junho de 2025	15.685	282.153	177.518	218.620	198.955	892.931	905.149
Custo acumulado	24.574	611.513	213.576	425.755	304.583	1.580.001	1.532.713
Depreciação e impairment acumulado ⁽⁴⁾	(8.889)	(329.360)	(36.058)	(207.135)	(105.628)	(687.070)	(627.564)

						Consolidado	Controladora
	Terrenos, edificações e benfeitorias	Equipamentos e outros bens ⁽¹⁾	Ativos em construção ⁽²⁾	Gastos c/exploração e desenvolvimento ⁽³⁾	Direitos de uso	Total	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	13.006	282.776	104.166	195.745	147.081	742.774	759.569
Custo acumulado	22.434	572.111	152.344	362.175	217.033	1.326.097	1.279.761
Depreciação e impairment acumulado ⁽⁴⁾	(9.428)	(289.335)	(48.178)	(166.430)	(69.952)	(583.323)	(520.192)
Adições	1	960	31.013	167	15.522	47.663	46.969
Desmantelamento de áreas - revisão/constituição	-	-	-	327	-	327	322
Juros capitalizados	-	-	3.834	-	-	3.834	3.832
Baixas	(15)	(70)	(661)	(26)	(125)	(897)	(975)
Transferências ⁽⁵⁾	(200)	8.515	(12.613)	5.430	(88)	1.044	1.041
Transferências para ativos mantidos para venda	-	(105)	(24)	(557)	-	(686)	(679)
Depreciação, amortização e depleção	(194)	(12.974)	-	(10.041)	(15.585)	(38.794)	(40.063)
Impairment - reversão (nota explicativa 19)	18	173	10	-	66	267	66
Ajuste acumulado de conversão	4	34	33	135	1	207	-
Saldo em 30 de junho de 2024	12.620	279.309	125.758	191.180	146.872	755.739	770.082
Custo acumulado	21.830	577.702	173.952	367.568	225.125	1.366.177	1.316.521
Depreciação e impairment acumulado ⁽⁴⁾	(9.210)	(298.393)	(48.194)	(176.388)	(78.253)	(610.438)	(546.439)

(1) Composto por plataformas de produção, refinarias, termelétricas, unidades de tratamento de gás, dutos e outras instalações de operação, armazenagem e produção, incluindo equipamentos submarinos de produção e escoamento de óleo e gás depreciados pelo método das unidades produzidas.

(2) Os saldos por segmento de negócio são apresentados na nota explicativa 8.

(3) Composto por ativos de exploração e produção relacionados a poços, abandono de áreas, bônus de assinatura associados a reservas provadas e outros gastos diretamente vinculados à exploração e produção, exceto ativos classificados em "Equipamentos e outros bens".

(4) No caso dos terrenos e ativos em construção, refere-se apenas às perdas por impairment.

(5) Inclui principalmente transferências entre tipos de ativos e transferências de adiantamentos a fornecedores.

As adições em ativos em construção devem-se, principalmente, aos investimentos em desenvolvimento da produção do campo de Búzios, campos da Bacia de Campos, da Bacia do Espírito Santo e da Bacia de Santos. Já as adições em direito de uso referem-se principalmente ao FPSO Almirante Tamandaré no campo de Búzios, FPSO Alexandre de Gusmão no campo de Mero, sondas para operações de E&P e prorrogação do contrato de afretamento do FPSO Cidade Angra dos Reis no campo de Tupi.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

17.2. Tempo de vida útil estimada

Os tempos de vida útil dos ativos depreciados são demonstrados a seguir:

Ativo	Tempo de vida útil médio ponderado em anos
Edificações e benfeitorias	38 (entre 25 e 50)
Equipamentos e outros bens	22 (entre 1 e 31) - exceto ativos pelo método de unidade produzida
Gastos com exploração e desenvolvimento	Método de unidade produzida ou 20 anos
Direitos de uso	14 (entre 2 e 50)

17.3. Direitos de uso

Os direitos de uso estão apresentados pelos seguintes ativos subjacentes:

	Consolidado Controladora				
	Plataformas	Embarcações	Imóveis e outros	Total	Total
30.06.2025					
Custo acumulado	170.667	118.843	15.073	304.583	320.522
Depreciação e impairment acumulado	(35.799)	(64.520)	(5.309)	(105.628)	(113.007)
Total	134.868	54.323	9.764	198.955	207.515
31.12.2024					
Custo acumulado	139.231	108.624	14.487	262.342	278.171
Depreciação e impairment acumulado	(29.176)	(57.070)	(4.642)	(90.888)	(97.148)
Total	110.055	51.554	9.845	171.454	181.023

17.4. Acordos de Individualização da Produção

A Petrobras possui Acordos de Individualização da Produção (AIP) celebrados no Brasil com empresas parceiras em consórcios de E&P. Esses acordos resultarão em equalizações a pagar ou a receber de gastos e volumes de produção, principalmente referentes aos campos Agulhinha, Albacora Leste, Berbigão, Budião Noroeste, Budião Sudeste, Caratinga, Sururu e pré-sal de Jubarte.

Provisões para equalizações ⁽¹⁾

A Petrobras possui uma estimativa de valores a pagar pela celebração dos AIP submetidos à aprovação da ANP, cuja movimentação está apresentada a seguir:

	Consolidado e controladora	
	2025	2024
	Jan-Jun	Jan-Jun
Saldo inicial	3.575	2.238
Adições (baixas) no Imobilizado	(2.004)	610
Pagamentos realizados	-	(6)
Outras despesas (receitas) operacionais	3.872	127
Saldo final	5.443	2.969

(1) Principalmente Berbigão, Sururu, Agulhinha e pré-sal de Jubarte.

Em maio de 2025, foi submetido à ANP para aprovação o AIP da Jazida Compartilhada do Pré-Sal de Jubarte, localizada na Bacia de Campos que compreende as seguintes áreas:

- área do Campo de Jubarte (BC-60) com 97,25%;
- áreas não contratadas (União, representada pela PPSA) com 1,89%; e
- área do Campo de Argonauta (BC-10) com 0,86%.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Em julho de 2025, o AIP da Jazida Compartilhada do Pré-Sal de Jubarte foi aprovado pela ANP, com efetividade a partir de 1º de agosto de 2025.

Com a aprovação do AIP, será iniciada a negociação do Acordo de Equalização de Gastos e Volumes (AEGV) entre as partes, cuja celebração permitirá a liquidação financeira dos valores previamente provisionados.

17.5. Taxa média ponderada da capitalização de juros

A taxa média ponderada dos encargos financeiros utilizada na determinação do montante dos custos de empréstimos sem destinação específica, a ser capitalizado como parte integrante dos ativos em construção, foi de 7,17% a.a. no período de janeiro a junho de 2025 (7,14% a.a. no período de janeiro a junho de 2024).

18. Intangível

18.1. Por tipo de ativos

	Consolidado Controladora				
	Direitos e Concessões ⁽¹⁾	Softwares	Ágio (goodwill)	Total	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	10.509	3.328	124	13.961	13.772
Custo acumulado	10.836	10.294	124	21.254	20.321
Amortização e impairment acumulado	(327)	(6.966)	-	(7.293)	(6.549)
Adições	35	604	-	639	617
Juros capitalizados	-	30	-	30	30
Baixas	-	(6)	-	(6)	(5)
Transferências	-	10	-	10	7
Amortização	(9)	(404)	-	(413)	(396)
Impairment - constituição (nota explicativa 19)	(946)	-	-	(946)	(946)
Ajuste acumulado de conversão	(1)	(1)	(1)	(3)	-
Saldo em 30 de junho de 2025	9.588	3.561	123	13.272	13.079
Custo acumulado	10.771	10.804	123	21.698	20.798
Amortização e impairment acumulado	(1.183)	(7.243)	-	(8.426)	(7.719)
Tempo de vida útil estimado em anos	Indefinida ⁽²⁾	5	Indefinida		

	Consolidado Controladora				
	Direitos e Concessões ⁽¹⁾	Softwares	Ágio (goodwill)	Total	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	11.742	2.861	123	14.726	14.563
Custo acumulado	12.051	9.151	123	21.325	20.453
Amortização e impairment acumulado	(309)	(6.290)	-	(6.599)	(5.890)
Adições	2	513	-	515	498
Juros capitalizados	-	23	-	23	23
Transferências	-	20	-	20	18
Amortização	(9)	(333)	-	(342)	(327)
Saldo em 30 de junho de 2024	11.736	3.084	123	14.943	14.775
Custo acumulado	12.055	9.652	123	21.830	20.986
Amortização e impairment acumulado	(319)	(6.568)	-	(6.887)	(6.211)
Tempo de vida útil estimado em anos	Indefinida ⁽²⁾	5	Indefinida		

(1) Composto principalmente por bônus de assinatura, pagos em contratos de concessão e de partilha de produção para exploração de petróleo ou gás natural, além de concessões de serviços públicos, marcas e patentes e outros.

(2) Composto principalmente por ativos com vida útil indefinida cuja avaliação é revisada anualmente para determinar se continua justificável.

19. Redução ao valor recuperável dos ativos (*Impairment*)

	2025		Consolidado 2024	
	Abr-Jun	Jan-Jun	Abr-Jun	Jan-Jun
Demonstração de Resultado				
Reversão (perda) no valor de recuperação de ativos - <i>Impairment</i>	(1.056)	(1.346)	201	246
Custos exploratórios para extração de petróleo e gás	-	(1.198)	-	-
Resultado de participações em investidas por equivalência patrimonial	15	18	6	91
Efeito líquido no resultado do exercício	(1.041)	(2.526)	207	337
Reconhecimento de perda	(1.056)	(2.574)	(5)	(27)
Reversão de perda	15	48	212	364
Balanco Patrimonial				
Imobilizado	(737)	(1.276)	201	267
Intangível	-	(946)	-	-
Ativos mantidos para venda	(319)	(322)	-	39
Investimentos	15	18	6	31
Efeito líquido no balanço patrimonial	(1.041)	(2.526)	207	337

A companhia avalia a recuperabilidade dos ativos anualmente ou quando existe um indicativo de desvalorização no período ou de reversão de perdas por *impairment* reconhecidas em períodos anteriores. No período de janeiro a junho de 2025, foram reconhecidas perdas líquidas no resultado, no montante de R\$ 2.526, destacando-se:

- A avaliação da não economicidade dos blocos C-M-753 e C-M-789, localizados na Bacia de Campos, no valor de R\$ 1.198;
- Aditivo contratual ao arrendamento do FPSO Cidade de Santos, na UGC Uruguá, em virtude da necessidade de prorrogação de prazo contratual até o final de 2026 para o descomissionamento da unidade, no valor de R\$ 459; e
- Compensação financeira adicional para o Polo Cherne, registrado em ativos mantidos para venda, em função do acidente na plataforma PCH-1, ocorrido no segundo trimestre de 2025, gerando perdas de R\$ 319.

No período de janeiro a junho de 2024, foram reconhecidas reversões líquidas no resultado por desvalorização nos ativos, no montante de R\$ 337, destacando: (i) a aprovação do retorno das atividades operacionais da fábrica de fertilizantes Araucária Nitrogenados S.A (ANSA), que resultou no reconhecimento de reversão de perdas de R\$ 201 no ativo imobilizado; (ii) Aumento da área ocupada do edifício Torre Pituba, que resultou no reconhecimento de reversão de perdas de R\$ 66 no ativo imobilizado; e (iii) Aprovação da venda da participação de 18,8% no capital social da sociedade UEG Araucária S.A. (UEGA), resultando na reclassificação do investimento para ativos mantidos para venda e sua consequente avaliação a valor justo menos as despesas de venda, resultando no reconhecimento de reversão de perdas de R\$ 60.

20. Atividades de exploração e avaliação de reserva de petróleo e gás

As movimentações dos custos capitalizados relativos aos poços exploratórios e os saldos dos valores pagos pela obtenção dos direitos e concessões para exploração de petróleo e gás natural, ambos diretamente relacionados às atividades exploratórias em reservas não provadas, são apresentados na tabela a seguir:

	2025 Jan-Jun	Consolidado 2024 Jan-Jun
Custos exploratórios reconhecidos no Ativo ⁽¹⁾		
Imobilizado		
Saldo inicial	9.131	7.321
Adições	2.888	935
Baixas	(21)	(123)
Transferências	(478)	-
Ajustes acumulados de conversão	(137)	53
Perdas em projetos sem viabilidade econômica	(252)	-
Saldo final	11.131	8.186
Intangível		
Saldo inicial	9.966	11.197
Perdas em projetos sem viabilidade econômica	(946)	-
Saldo final	9.020	11.197
Total dos custos exploratórios reconhecidos no ativo	20.151	19.383

(1) Líquido de valores capitalizados e subsequentemente baixados como despesas no mesmo exercício.

As adições de janeiro a junho de 2025 referem-se, principalmente, à perfuração de poços no pré-sal, associados às áreas exploratórias de Aram, na Bacia de Santos, e Norte de Brava, na Bacia de Campos.

No período de janeiro a junho de 2025, o reconhecimento de perdas no intangível e no imobilizado decorreu da avaliação da não economicidade dos blocos C-M-753 e C-M-789, localizados na Bacia de Campos, conforme nota explicativa 19.

Os custos exploratórios reconhecidos no resultado e os fluxos de caixa vinculados às atividades de avaliação e exploração de petróleo e gás natural estão demonstrados a seguir:

	2025		Consolidado 2024	
	Abr-Jun	Jan-Jun	Abr-Jun	Jan-Jun
Custos exploratórios reconhecidos no resultado				
Despesas com geologia e geofísica	(1.033)	(1.566)	(578)	(985)
Projetos sem viabilidade econômica (inclui poços secos e bônus de assinatura)	(1)	(1.203)	(294)	(542)
Penalidades contratuais de conteúdo local	(1)	(33)	(13)	(24)
Outras despesas exploratórias	(15)	(59)	(28)	(32)
Total	(1.050)	(2.861)	(913)	(1.583)
Caixa utilizado nas atividades				
Operacionais	1.048	1.625	606	1.017
Investimentos	1.483	2.893	750	1.380
Total	2.531	4.518	1.356	2.397

20.1. Garantias aos contratos de concessão para exploração de petróleo

A Petrobras concedeu garantias à ANP no total de R\$ 7.884 (R\$ 7.740 em 31 de dezembro de 2024) para os Programas Exploratórios Mínimos previstos nos contratos de concessão das áreas de exploração, os quais encontram-se líquidos dos compromissos já cumpridos. Desse montante, R\$ 7.670 (R\$ 7.669 em 31 de dezembro de 2024) correspondem ao penhor da capacidade de produção futura de petróleo dos campos de Marlim e Búzios que já se encontram na fase de produção, e R\$ 214 (R\$ 71 em 31 de dezembro de 2024) referem-se a garantias bancárias.

21. Investimentos

21.1. Mutação dos investimentos (Controladora)

	Controladas	Operações em conjunto	Empreendimentos controlados em conjunto	Coligadas ⁽¹⁾	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	365.419	145	124	710	366.398
Aportes de capital	510	-	11	-	521
Reorganizações, redução de capital e outros	(191)	-	-	-	(191)
Resultado de participação em investimentos	9.818	20	54	223	10.115
Ajuste acumulado de conversão (CTA)	(44.665)	-	-	(1.231)	(45.896)
Outros resultados abrangentes	(28)	-	-	1.347	1.319
Dividendos	(857)	(42)	(35)	(10)	(944)
Saldo em 30 de junho de 2025	330.006	123	154	1.039	331.322

	Controladas	Operações em conjunto	Empreendimentos controlados em conjunto	Coligadas ⁽¹⁾	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	264.020	138	110	3.952	268.220
Aportes de capital	-	-	17	-	17
Transferências para mantidos para venda	-	-	-	(57)	(57)
Reorganizações, redução de capital e outros	(2)	-	(1)	-	(3)
Resultado de participação em investimentos	11.023	31	(27)	(1.868)	9.159
Ajuste acumulado de conversão (CTA)	41.453	-	-	1.262	42.715
Outros resultados abrangentes	307	1	2	(842)	(532)
Dividendos	(1.026)	-	6	(5)	(1.025)
Saldo em 30 de junho de 2024	315.775	170	107	2.442	318.494

(1) Inclui outros investimentos.

21.2. Mutação dos investimentos (Consolidado)

	Empreendimentos controlados em Conjunto	Coligadas ⁽¹⁾	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.971	1.110	4.081
Aportes de capital	11	24	35
Reorganizações, redução de capital e outros	-	(25)	(25)
Resultado de participação em investimentos	517	232	749
Ajuste acumulado de conversão (CTA)	(349)	(1.278)	(1.627)
Outros resultados abrangentes	-	1.347	1.347
Dividendos	(307)	(10)	(317)
Saldo em 30 de junho de 2025	2.843	1.400	4.243

	Empreendimentos controlados em Conjunto	Coligadas ⁽¹⁾	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.341	4.233	6.574
Aportes de capital	17	16	33
Transferências para mantidos para venda	-	(57)	(57)
Reorganizações, redução de capital e outros	(1)	(9)	(10)
Resultado de participação em investimentos	421	(1.874)	(1.453)
Ajuste acumulado de conversão (CTA)	332	1.304	1.636
Outros resultados abrangentes	2	(842)	(840)
Dividendos	(395)	(8)	(403)
Saldo em 30 de junho de 2024	2.717	2.763	5.480

(1) Inclui outros investimentos

22. Vendas de ativos e outras operações com ativos

As principais classes de ativos e passivos classificados como mantidos para venda são apresentadas a seguir:

	E&P	30.06.2025 Total	Consolidado 31.12.2024 Total
Ativos classificados como mantidos para venda			
Investimentos	1	1	1
Imobilizado	2.841	2.841	3.156
Total	2.842	2.842	3.157
Passivos associados a ativos classificados como mantidos para venda			
Provisão para desmantelamento de áreas	3.940	3.940	4.418
Total	3.940	3.940	4.418

22.1. Ativos contingentes em vendas de ativos e outras operações

Algumas vendas de ativos e acordos celebrados pela companhia preveem recebimentos condicionados a cláusulas contratuais, especialmente relacionadas à variação do *Brent* nas operações relativas a ativos de E&P.

As operações que podem gerar reconhecimento de ganho, registrado em outras receitas operacionais, estão apresentadas a seguir:

Operações	Data de fechamento da operação	No fechamento da operação US\$ milhões	Ativo reconhecido no período de janeiro a junho de 2025		Ativo reconhecido em exercícios anteriores US\$ milhões	Valor de ativos contingentes em 30.06.2025 US\$ milhões
			US\$ milhões	R\$		
Excedentes da Cessão Onerosa						
Sépia e Atapu ⁽¹⁾	Abr/2022	5.263	52	305	1.272	3.939
Vendas em exercícios anteriores						
Polo Riacho da Forquilha	Dez/2019	62	-	-	58	4
Polos Pampo e Enchova	Jul/2020	650	36	205	303	311
Campo de Baúna	Nov/2020	285	8	45	253	24
Polo Cricaré	Dez/2021	118	-	-	106	12
Polo Peroá	Ago/2022	43	-	-	10	33
Papa-Terra	Dez/2022	90	18	100	32	40
Albacora Leste	Jan/2023	250	-	-	225	25
Polo Norte Capixaba	Abr/2023	66	-	-	33	33
Polo Golfinho e Polo Camarupim	Ago/2023	60	-	-	20	40
Total		6.887	114	655	2.312	4.461

(1) O valor registrado em outras receitas operacionais considera ajuste a valor presente (nota explicativa 6).

23. Financiamentos

23.1. Saldo por tipo de financiamento

	Consolidado		Controladora	
	30.06.2025	31.12.2024	30.06.2025	31.12.2024
Mercado bancário	25.420	17.512	25.280	17.374
Mercado de capitais	16.557	13.775	16.053	13.301
Bancos de fomento ⁽¹⁾	3.036	3.146	-	-
Partes relacionadas (nota explicativa 27.3)	-	-	67.255	85.021
Outros	11	13	-	-
Total no país	45.024	34.446	108.588	115.696
Mercado bancário	19.867	22.853	6.808	10.308
Mercado de capitais	67.818	75.949	-	-
Agência de crédito à exportação	7.348	9.341	-	-
Partes relacionadas (nota explicativa 27.1)	-	-	393.333	458.716
Outros	691	837	-	-
Total no exterior	95.724	108.980	400.141	469.024
Total de financiamentos	140.748	143.426	508.729	584.720
Circulante	13.508	15.887	134.032	106.522
Não circulante	127.240	127.539	374.697	478.198

(1) Inclui BNDES.

O valor classificado no passivo circulante é composto por:

	Consolidado		Controladora	
	30.06.2025	31.12.2024	30.06.2025	31.12.2024
Financiamentos de curto prazo	74	60	7.931	28.707
Parcela corrente de financiamentos de longo prazo	10.850	13.202	123.390	75.013
Juros provisionados de parcelas de financiamentos de curto e longo prazo	2.584	2.625	2.711	2.802
Circulante	13.508	15.887	134.032	106.522

O saldo em mercado de capitais é composto principalmente por R\$ 64.522 em global notes, emitidos no exterior pela PGF, e R\$ 11.165 em debêntures e R\$ 4.888 em notas comerciais escriturais, emitidas no Brasil pela Petrobras.

Os global notes possuem vencimentos entre 2026 e 2115 e não exigem garantias reais. Tais financiamentos foram realizados em dólares e libras, sendo 92% e 8%, do total de global notes, respectivamente.

As debêntures e as notas comerciais, com vencimentos entre 2026 e 2045, não exigem garantias reais e não são conversíveis em ações ou em participações societárias.

Em 30 de junho de 2025, não ocorreram inadimplementos (*default*), quebra de *covenants* (*breaches*) ou alterações adversas em cláusulas que resultassem na alteração dos termos de pagamentos dos contratos de empréstimos e financiamentos. Não houve alteração nas garantias requeridas em relação a 31 de dezembro de 2024. A Petrobras garante, de modo integral, incondicional e irrevogável, os global notes emitidos no mercado de capitais por sua subsidiária integral PGF e os contratos de empréstimos de sua subsidiária integral PGT.

23.2. Movimentação

	Consolidado		
	País	Exterior	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	34.446	108.980	143.426
Captações	11.173	6.344	17.517
Amortizações de principal ⁽¹⁾	(1.230)	(7.677)	(8.907)
Amortizações de juros ⁽¹⁾	(1.514)	(3.441)	(4.955)
Encargos incorridos no período ⁽²⁾	2.047	3.372	5.419
Variações monetárias e cambiais	102	(300)	(198)
Ajuste acumulado de conversão	-	(11.554)	(11.554)
Saldo de 30 de junho de 2025	45.024	95.724	140.748

	Consolidado		
	País	Exterior	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	29.483	109.948	139.431
Captações	3.001	54	3.055
Amortizações de principal ⁽¹⁾	(790)	(11.163)	(11.953)
Amortizações de juros ⁽¹⁾	(1.032)	(4.040)	(5.072)
Encargos incorridos no período ⁽²⁾	1.222	3.932	5.154
Variações monetárias e cambiais	560	1.559	2.119
Ajuste acumulado de conversão	-	13.581	13.581
Saldo de 30 de junho de 2024	32.444	113.871	146.315

(1) Inclui pré-pagamentos.

(2) Inclui apropriações de ágio, deságio e custos de transações associados.

23.3. Reconciliação com os fluxos de caixa das atividades de financiamento – Consolidado

	2025			2024		
	Jan-Jun			Jan-Jun		
	Captações	Amortiza- ções de Principal	Amortiza- ções de Juros	Captações	Amortiza- ções de Principal	Amortiza- ções de Juros
Movimento em financiamentos	17.517	(8.907)	(4.955)	3.055	(11.953)	(5.072)
Depósitos vinculados ⁽¹⁾	-	(55)	(11)	-	219	55
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	17.517	(8.962)	(4.966)	3.055	(11.734)	(5.017)

(1) Valores depositados para pagamento de obrigações relativas a financiamentos captados junto ao China Development Bank, com liquidações semestrais em junho e dezembro.

No período de janeiro a junho de 2025, a companhia:

- liquidou diversos empréstimos e financiamentos, no valor de R\$ 13.928; e
- captou R\$ 17.517, destacando-se: (i) oferta pública de debêntures no valor de R\$ 2.861 com vencimento em 2035, 2040 e 2045; (ii) captações no mercado bancário nacional, no valor de R\$ 8.255 e (iii) captações no mercado bancário internacional no valor de R\$ 6.303.

23.4. Informações resumidas sobre os financiamentos (passivo circulante e não circulante)

Vencimento em	2025	2026	2027	2028	2029	Consolidado		
						2030 em diante	Total ⁽¹⁾	Valor justo
Financiamentos em Dólares :	4.678	7.991	11.714	8.481	3.926	49.138	85.928	84.948
Indexados a taxas flutuantes ⁽²⁾	3.401	6.115	8.012	2.857	785	5.030	26.200	
Indexados a taxas fixas	1.277	1.876	3.702	5.624	3.141	44.108	59.728	
Taxa média a.a.	6,3%	6,5%	6,0%	5,7%	6,2%	6,6%	6,5%	
Financiamentos em Reais :	1.066	2.695	730	747	5.213	32.945	43.396	40.386
Indexados a taxas flutuantes ⁽³⁾	790	699	170	170	170	29.990	31.989	
Indexados a taxas fixas	276	1.996	560	577	5.043	2.955	11.407	
Taxa média a.a.	10,5%	10,6%	9,7%	9,9%	10,3%	8,3%	9,4%	
Financiamentos em Euro :	-	49	-	793	141	2.314	3.297	3.323
Indexados a taxas fixas	-	49	-	793	141	2.314	3.297	
Taxa média a.a.	-	4,6%	-	4,6%	4,7%	4,7%	4,6%	
Financiamentos em Libras :	89	94	-	-	2.200	3.088	5.471	5.381
Indexados a taxas fixas	89	94	-	-	2.200	3.088	5.471	
Taxa média a.a.	6,1%	6,1%	-	-	6,1%	6,6%	6,3%	
Financiamentos em Renminbi :	13	26	27	27	27	2.536	2.656	2.576
Indexados a taxas flutuantes	13	26	27	27	27	2.536	2.656	
Taxa média a.a.	3,1%	3,1%	3,0%	3,0%	2,9%	3,1%	3,0%	
Total em 30 de junho de 2025	5.846	10.855	12.471	10.048	11.507	90.021	140.748	136.614
Taxa média a.a.	7,4%	7,6%	7,1%	7,1%	7,7%	6,8%	6,8%	-
Total em 31 de dezembro de 2024	15.887	11.538	14.023	11.096	11.019	79.863	143.426	137.549
Taxa média a.a.	7,0%	7,4%	7,1%	6,9%	7,3%	6,6%	6,8%	

(1) Em 30 de junho de 2025, o prazo médio ponderado de vencimento dos financiamentos é de 11,92 anos (12,52 anos em 31 de dezembro de 2024).

(2) Operações com indexador variável + spread fixo.

(3) Operações com indexador variável + spread fixo, conforme aplicável.

Em 30 de junho de 2025, os valores justos dos financiamentos são principalmente determinados pela utilização de:

- Nível 1 – preços cotados em mercados ativos, quando aplicável, no valor de R\$ 63.208 (R\$ 69.193, em 31 de dezembro de 2024); e
- Nível 2 - método de fluxo de caixa descontado pelas taxas *spot* interpoladas dos indexadores (ou *proxies*) dos respectivos financiamentos, observadas às moedas atreladas, e pelo risco de crédito da Petrobras, no valor de R\$ 73.406 (R\$ 68.356, em 31 de dezembro de 2024).

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros sujeitos à variação cambial é apresentada na nota explicativa 26.4.1.

O fluxo nominal (não descontado) de principal e juros dos financiamentos, por vencimento, é apresentado a seguir:

Vencimento	2025	2026	2027	2028	2029	Consolidado		
						2030 em diante	30.06.2025	31.12.2024
Principal	3.485	10.939	12.742	10.609	11.781	92.820	142.376	145.353
Juros	5.197	10.595	9.508	8.515	8.229	83.004	125.048	126.247
Total ⁽¹⁾	8.682	21.534	22.250	19.124	20.010	175.824	267.424	271.600

(1) O fluxo nominal dos arrendamentos encontra-se na nota explicativa 24.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

23.5. Linhas de crédito

							30.06.2025
Empresa	Instituição financeira	Data da abertura	Prazo	Contratado	Utilizado	Saldo	
No exterior (Valores em US\$ milhões)							
PGT BV ⁽¹⁾	Sindicato de Bancos	16/12/2021	16/11/2026	5.000	-	5.000	
PGT BV	Sindicato de Bancos	27/03/2019	27/02/2026	2.050	-	2.050	
Total				7.050	-	7.050	
No país							
Petrobras ⁽²⁾	Banco do Brasil	23/03/2018	26/09/2030	3.500	-	3.500	
Petrobras ⁽³⁾	Banco do Brasil	04/10/2018	04/09/2029	4.000	-	4.000	
Transpetro	Caixa Econômica Federal	23/11/2010	Indefinido	329	-	329	
Total				7.829	-	7.829	

(1) Em 8 de abril de 2024, houve redução de parte da linha de crédito compromissada (Revolving Credit Facility) para US\$ 4.110 milhões, ante US\$5.000 milhões contratados em 2021. Dessa forma, US\$5.000 milhões estarão disponíveis para saque até 16 de novembro de 2026 e US\$ 4.110 milhões estarão disponíveis para saque entre 16 de novembro de 2026 e 16 de novembro de 2028.

(2) Em 27 de dezembro de 2024, foi aditado o contrato da linha de crédito com o Banco do Brasil de R\$ 2 bilhões, alongando o prazo para 26 de setembro de 2030. Em 03/04/2025, foi feito novo aditamento que aumentou o montante da linha de crédito de R\$ 2 bilhões para R\$ 3,5 bilhões.

(3) Em 18 de junho de 2024, houve renovação da linha de crédito com o Banco do Brasil alongando seu prazo para 04 de setembro de 2029 e aumentando seu valor de R\$ 2 bilhões para R\$ 4 bilhões.

24. Arrendamentos

A movimentação dos contratos de arrendamento reconhecidos como passivos está demonstrada a seguir:

				Consolidado		
				Arrendadores	Arrendadores	
				no país	no exterior	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024				33.959	196.082	230.041
Remensuração/Novos contratos				6.469	38.826	45.295
Pagamentos de principal e juros				(7.040)	(18.075)	(25.115)
Encargos incorridos no período				1.339	6.080	7.419
Variações monetárias e cambiais				(2.199)	(24.656)	(26.855)
Ajuste acumulado de conversão				2	(99)	(97)
Transferências				1	-	1
Saldo em 30 de junho de 2025				32.531	198.158	230.689
Circulante						50.590
Não Circulante						180.099

				Consolidado		
				Arrendadores	Arrendadores	
				no país	no exterior	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023				32.883	130.748	163.631
Remensuração/Novos contratos				4.135	9.751	13.886
Pagamentos de principal e juros ⁽¹⁾				(6.922)	(12.687)	(19.609)
Encargos incorridos no período				1.403	4.282	5.685
Variações monetárias e cambiais				2.044	19.395	21.439
Ajuste acumulado de conversão				-	126	126
Saldo em 30 de junho de 2024				33.543	151.615	185.158
Circulante						41.340
Não Circulante						143.818

(1) A Demonstração dos Fluxos de Caixa contempla R\$ 151 referente movimentação de passivos mantidos para venda.

Em 30 de junho de 2025, o valor do passivo de arrendamento da Petrobras Controladora é de R\$ 236.650 (R\$ 237.578 em 31 de dezembro de 2024), incluindo arrendamentos e subarrendamentos com empresas investidas, principalmente com a Transpetro.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

O fluxo nominal (não descontado) sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, por vencimento, é apresentado a seguir:

Vencimento em							Consolidado	
	2025	2026	2027	2028	2029	2030 em diante	Total	
Valor nominal em 30 de junho de 2025	28.592	45.636	35.532	24.903	19.054	196.041	349.758	
Valor nominal em 31 de dezembro de 2024	54.719	38.027	29.824	21.527	17.991	179.217	341.305	

Em determinados contratos, há pagamentos variáveis e prazos inferiores a 1 ano que são reconhecidos como despesa:

	Consolidado	
	2025 Jan-Jun	2024 Jan-Jun
Pagamentos variáveis	2.721	2.683
Prazo inferior a 1 ano	35	275
Pagamentos variáveis em relação a pagamentos fixos	11%	14%

Em 30 de junho de 2025, o valor nominal de contratos de arrendamento que ainda não tinham sido iniciados, em função dos ativos relacionados estarem em construção ou não terem sido disponibilizados para uso, representam o montante de R\$ 330.770 (R\$ 402.710 em 31 de dezembro de 2024).

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros sujeitos à variação cambial é apresentada na nota explicativa 26.4.1.

25. Patrimônio líquido

25.1. Capital subscrito e integralizado

Em 30 de junho de 2025, o capital subscrito e integralizado no valor de R\$ 205.432 está representado por 12.888.732.761 ações, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, distribuídas da seguinte forma:

	30.06.2025		31.12.2024	
	Valor	Quantidades de ações	Valor	Quantidades de ações
Ordinárias	118.621	7.442.231.382	117.208	7.442.454.142
Preferenciais	86.811	5.446.501.379	88.224	5.602.042.788
Total de ações subscritas e integralizadas	205.432	12.888.732.761	205.432	13.044.496.930

As ações preferenciais têm prioridade no caso de reembolso do capital, não asseguram direito de voto e não são conversíveis em ações ordinárias.

Em 29 de janeiro de 2025, o Conselho de Administração aprovou o cancelamento do total de 155.764.169 ações em tesouraria, sem redução do capital social, sendo 155.541.409 ações preferenciais e 222.760 ações ordinárias. Os efeitos do cancelamento das ações no patrimônio líquido foram refletidos nas reservas de capital (R\$ 7) e de retenção de lucros (R\$ 5.563), em contrapartida à conta de ações em tesouraria, sem redução do capital social.

Em 16 de abril de 2025, a Assembleia Geral Ordinária (AGO) aprovou a proposta de atualização do Estatuto Social da companhia para refletir a nova quantidade de ações.

25.2. Reservas de lucros

O quadro a seguir demonstra a composição das reservas de lucros:

	Estatutárias						Controladora	
	Legal	Custeio dos programas de		Remuneração do capital	Incentivos fiscais	Retenção de lucros	Dividendos adicionais propostos	Total
		P&D						
Saldos em 1º de janeiro de 2024	41.086	10.272	43.871	7.499	42.023	14.204	158.955	
Dividendos adicionais aprovados na AGO de 2024	-	-	(21.935)	-	-	(14.204)	(36.139)	
Saldos em 30 de junho de 2024	41.086	10.272	21.936	7.499	42.023	-	122.816	
Saldos em 1º de janeiro de 2025	41.086	10.272	-	8.289	26.185	9.145	94.977	
Cancelamento das ações em tesouraria	-	-	-	-	(5.563)	-	(5.563)	
Dividendos adicionais aprovados na AGO de 2025	-	-	-	-	-	(9.145)	(9.145)	
Saldos em 30 de junho de 2025	41.086	10.272	-	8.289	20.622	-	80.269	

25.3. Remuneração aos acionistas

Dividendos relativos ao exercício de 2024

Em 16 de abril de 2025, a Assembleia Geral Ordinária (AGO) aprovou os dividendos relativos ao exercício de 2024, no montante de R\$ 73.906, correspondendo a R\$ 5,73413520 por ação preferencial e ordinária em circulação. Esse valor inclui as antecipações de remuneração aos acionistas, atualizadas monetariamente pela variação da taxa Selic desde a data do pagamento até 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 64.761, e o dividendo complementar de R\$ 9.145 que, em 31 de dezembro de 2024, está destacado no patrimônio líquido como dividendo adicional proposto.

Os dividendos complementares de R\$ 9.145, equivalentes a R\$ 0,70954522 por ação preferencial e ordinária em circulação, foram pagos em duas parcelas iguais nos meses de maio e junho de 2025, atualizados pela taxa Selic de 31 de dezembro de 2024 até a data de cada pagamento.

Antecipação de dividendos e juros sobre capital próprio (JCP) relativos ao exercício de 2025

Em 12 de maio de 2025, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de dividendos e JCP no montante de R\$ 11.718, equivalente a R\$ 0,90916619 por ação preferencial e ordinária em circulação, com base nas informações intermediárias do período findo de 31 de março de 2025, considerando a aplicação da fórmula da Política de Remuneração aos Acionistas, conforme quadro a seguir:

	Data de aprovação do CA	Data da posição acionária	Valor por ação PN e ON (R\$)	Controladora	
				Valor	
Dividendos intercalares	12.05.2025	02.06.2025	0,30844749	3.975	
JCP intercalares	12.05.2025	02.06.2025	0,60071870	7.743	
Total dos dividendos e JCP intercalares			0,90916619	11.718	

Esses dividendos e JCP serão pagos em duas parcelas iguais de R\$ 5.859, nos meses de agosto e setembro de 2025. Os valores serão atualizados monetariamente pela Selic, desde a data de pagamento de cada parcela até 31 de dezembro de 2025, e serão descontados da remuneração que vier a ser distribuída aos acionistas no encerramento do exercício de 2025.

Os juros sobre capital próprio antecipados do exercício de 2025 resultaram em um crédito tributário de impostos de renda e contribuição social de R\$ 2.632. Sobre os juros incidiu a retenção de imposto de renda na fonte (IRRF) de 15%, exceto para os acionistas imunes e isentos, conforme estabelecido na legislação vigente.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Dividendos a pagar

Em 30 de junho de 2025, o saldo de dividendos a pagar aos acionistas da controladora de R\$ 11.009 (R\$ 16.334 em 31 de dezembro de 2024) corresponde à antecipação de proventos referente ao primeiro trimestre de 2025, líquido de IRRF sobre JCP de R\$ 709.

	2025	Controladora 2024
	Jan-Jun	Jan-Jun
Movimentação dos dividendos a pagar		
Saldo inicial	16.334	16.947
Adição por deliberação da AGO	9.145	36.139
Adição por deliberação do CA (antecipações)	11.718	13.446
Pagamento	(26.154)	(54.636)
Atualização monetária	867	1.969
Transferências (dividendos não reclamados)	(91)	(223)
IRRF sobre JCP e atualização monetária ⁽¹⁾	(810)	(890)
Saldo final	11.009	12.752

(1) Inclui IRRF sobre JCP deliberados em 2024 de R\$ 14 e em 2025 de R\$ 709, além de IRRF sobre atualização monetária dos dividendos pagos em 2025 de R\$ 87.

No período de janeiro a junho de 2025, a Petrobras realizou os seguintes desembolsos de dividendos:

Eventos	Data de pagamento	Provento deliberado	Atualização monetária	IRRF s/ atualização monetária	Dividendos não reclamados	Total pago
Dividendos e JCP do 3º trimestre de 2024 - Primeira parcela ⁽¹⁾	20/02/2025	7.773	147	(15)	(48)	7.857
Dividendos e JCP do 3º trimestre de 2024 - Segunda parcela ⁽²⁾	20/03/2025	8.547	223	(22)	(26)	8.722
Dividendos complementares de 2024 - Primeira parcela	20/05/2025	4.573	220	(22)	(22)	4.749
Dividendos complementares de 2024 - Segunda parcela	20/06/2025	4.572	277	(28)	(21)	4.800
Pagamentos residuais de dividendos de exercícios anteriores		-	-	-	26	26
Total		25.465	867	(87)	(91)	26.154

(1) Valor bruto deliberado de R\$ 8.559, líquido de IRRF sobre JCP de R\$ 786 recolhido em 2025.

(2) Valor bruto deliberado de R\$ 8.559, sendo R\$ 8.423 de dividendos e R\$ 136 de JCP, líquido de IRRF sobre JCP de R\$ 12 recolhido em 2025.

Dividendos não reclamados

Em 30 de junho de 2025, o saldo dos dividendos e JCP não reclamados pelos acionistas da Petrobras representa R\$ 1.529 (R\$ 1.708 em 31 de dezembro de 2024) registrado em outros passivos circulantes, conforme nota explicativa 16. O pagamento desses dividendos não foi efetivado pela existência de pendências cadastrais de responsabilidade dos acionistas junto ao banco custodiante das ações da companhia.

	2025	Controladora 2024
	Jan-Jun	Jan-Jun
Movimentação dos dividendos não reclamados		
Saldo inicial	1.708	1.630
Prescrição	(270)	(48)
Transferências (dividendos a pagar)	91	223
Saldo final	1.529	1.805

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

25.4. Resultado por ação

	Consolidado e Controladora			
	2025		2024	
	Abr-Jun	Jan-Jun	Abr-Jun	Jan-Jun
Numerador básico e diluído - Lucro atribuível aos acionistas da Petrobras atribuído igualmente entre as classes de ações				
Lucro líquido do período				
Ordinárias	15.389	35.720	(1.503)	12.162
Preferenciais	11.263	26.141	(1.102)	8.933
	26.652	61.861	(2.605)	21.095
Denominador básico e diluído - Média ponderada da quantidade de ações em circulação (nº de ações)				
Ordinárias	7.442.231.382	7.442.231.382	7.442.231.382	7.442.231.382
Preferenciais	5.446.501.379	5.446.501.379	5.455.611.812	5.466.560.112
	12.888.732.761	12.888.732.761	12.897.843.194	12.908.791.494
Lucro básico e diluído por ação (R\$ por ação)				
Ordinárias	2,07	4,80	(0,20)	1,63
Preferenciais	2,07	4,80	(0,20)	1,63

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro do período atribuído aos acionistas da companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação. A variação na média ponderada da quantidade de ações em circulação de 2024 é decorrente do Programa de Recompra de Ações (ações preferenciais) da companhia encerrado em 4 de agosto de 2024, cujas ações foram canceladas em janeiro de 2025, conforme nota explicativa 25.1.

O resultado da ação diluído é calculado ajustando o lucro e a média ponderada da quantidade de ações levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição (instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações).

Os resultados apurados, básico e diluído, apresentam o mesmo valor por ação em virtude de a Petrobras não possuir ações potenciais.

26. Gerenciamento de riscos financeiros

A Petrobras está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações, tais como o risco relacionado aos preços de petróleo e derivados, às taxas cambiais e de juros, risco de crédito e de liquidez. A gestão de riscos corporativos insere-se no compromisso da companhia de atuar de forma ética e em conformidade com os requisitos legais e regulatórios estabelecidos nos países onde atua.

A companhia apresenta análise de sensibilidade no horizonte de aplicação de 1 ano, com exceção das operações com derivativos de commodities, para as quais é aplicado horizonte de 3 meses, em virtude da característica de curto prazo dessas transações.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Os efeitos dos instrumentos financeiros derivativos e do *hedge accounting* são demonstrados a seguir:

26.1. Demonstração de resultado

	Ganho/(Perda) reconhecido(a) no período		Consolidado Ganho/(Perda) reconhecido(a) no período	
	2025		2024	
	Abr-Jun	Jan-Jun	Abr-Jun	Jan-Jun
Risco cambial				
Cross currency Swap - CDI x US\$ - 26.4.1 (b)	145	307	(325)	(330)
Outros derivativos	(1)	(2)	-	-
Hedge de fluxo de caixa sobre exportações - 26.4.1 (a)	(2.824)	(7.052)	(3.126)	(6.578)
Risco de taxa de juros				
Swap - IPCA X CDI - 26.4.1 (b)	(48)	20	(105)	(205)
Reconhecido em Resultado Financeiro	(2.728)	(6.727)	(3.556)	(7.113)
Risco de preço (derivativos de commodities)				
Reconhecido em Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	49	59	97	122
Total	(2.679)	(6.668)	(3.459)	(6.991)

O efeito no resultado dos derivativos reflete as operações em aberto e as operações encerradas ao longo do período.

26.2. Demonstração de resultados abrangentes

	Ganho/(Perda) reconhecido(a) no período		Consolidado Ganho/(Perda) reconhecido(a) no período	
	2025		2024	
	Abr-Jun	Jan-Jun	Abr-Jun	Jan-Jun
Hedge accounting				
Hedge de fluxo de caixa sobre exportações - 26.4.1 (a)	22.124	55.292	(31.807)	(38.321)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(7.522)	(18.799)	10.814	13.029
Total	14.602	36.493	(20.993)	(25.292)

26.3. Balanço patrimonial

Ativos e passivos

	Consolidado	
	30.06.2025	31.12.2024
Valor justo da posição Ativa (Passiva)		
Operações com derivativos em aberto	(119)	(624)
Operações com derivativos encerradas e não liquidadas financeiramente	5	6
Total reconhecido no balanço patrimonial	(114)	(618)
Outros ativos (nota explicativa 16)	400	181
Outros passivos (nota explicativa 16)	(514)	(799)

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

O detalhamento das posições com derivativos em aberto mantidas pela companhia, que representa sua exposição a riscos, está apresentado a seguir:

	Valor nocional		Valor Justo		Hierarquia do valor justo	Consolidado Vencimento
	Posição Ativa (Passiva)		Posição Ativa (Passiva)			
	30.06.2025	31.12.2024	30.06.2025	31.12.2024		
<i>Derivativos não designados como Hedge accounting</i>						
Risco cambial						
Cross currency swap - CDI x US\$ ⁽¹⁾	US\$ 488	US\$ 488	(415)	(650)	Nível 2	2029
Contrato a termo - Venda/Câmbio (BRL/USD) ⁽¹⁾	US\$ 16	US\$ 20	3	1	Nível 2	2025
Risco de taxa de juros						
Swap - IPCA X CDI	3.008	3.008	235	108	Nível 2	2029/2034
Risco de preço						
Contratos Futuros - petróleo e derivados ⁽²⁾	1.121	(1.450)	61	(83)	Nível 1	2025
SWAP - Óleo de soja ⁽³⁾	(11)	-	(2)	-	Nível 2	2025
Opções - Compra/Óleo de Soja - Posição vendida ⁽³⁾	(3)	-	(1)	-	Nível 2	2025
Total de operações com derivativos em aberto			(119)	(624)		

(1) Valores em US\$ (dólares) representam milhões das respectivas moedas.

(2) Valor nocional em mil bbl.

(3) Valor nocional em mil toneladas (operações da controlada PBIO).

Operações com derivativos comerciais exigem garantias, registradas em outros ativos e passivos:

	Consolidado Garantias dadas (recebidas) como colaterais	
	30.06.2025	31.12.2024
	Derivativos de commodities	215

Patrimônio líquido

	Consolidado Perda acumulada em outros resultados abrangentes	
	30.06.2025	31.12.2024
	<i>Hedge accounting</i>	
Hedge de fluxo de caixa sobre exportações - 26.4.1 (a)	(42.802)	(98.094)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.554	33.353
Total	(28.248)	(64.741)

26.4. Risco de mercado

26.4.1. Gerenciamento de risco cambial

a) Hedge de fluxo de caixa envolvendo as exportações futuras da companhia

A companhia utiliza o *hedge accounting* para o risco decorrente das variações cambiais de "exportações futuras altamente prováveis" (item protegido) e as variações cambiais de proporções de certas obrigações em dólares (instrumentos de proteção).

Os valores de referência, a valor presente, dos instrumentos de proteção em 30 de junho de 2025, além da expectativa de reclassificação para o resultado do saldo da variação cambial acumulada no patrimônio líquido em períodos futuros, tomando como base uma taxa R\$/US\$ de 5,4571, são apresentados a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Instrumento de hedge	Objeto de hedge	Tipo de risco protegido	Período de proteção	Valor de referência (a valor presente) dos instrumentos de proteção em 30 de junho de 2025	
				US\$ milhões	R\$
Variações cambiais de proporções de fluxos de caixa de instrumentos financeiros não derivativos	Variações cambiais das exportações mensais futuras altamente prováveis	Cambial - taxa Spot R\$ x US\$	De jul/2025 a jun/2035	70.052	382.279
Movimentação do valor de referência (principal e juros)				US\$ milhões	R\$
Designação em 31 de dezembro de 2024				65.900	408.073
Novas designações, revogações e redesignações				16.495	94.522
Realização por exportações				(6.413)	(37.215)
Amortização de endividamento				(5.930)	(34.112)
Variação cambial				-	(48.989)
Designação em 30 de junho de 2025				70.052	382.279
Valor nominal dos instrumentos de hedge (financiamentos e passivos de arrendamento) designados em 30 de junho de 2025				92.116	502.689

No período de janeiro a junho de 2025, foi reconhecido um ganho cambial de R\$ 749 referente à inefetividade na linha de variação cambial (perda cambial de R\$ 467 no período de janeiro a junho de 2024).

As exportações futuras designadas como objetos de proteção nas relações de *hedge* de fluxo de caixa representam, em média, 77,82% das exportações futuras altamente prováveis.

A seguir é apresentada a variação cambial acumulada, registrada no patrimônio líquido, a ser realizada pelas exportações futuras:

	2025	2024
	Jan-Jun	Jan-Jun
Saldo inicial	(98.094)	(28.833)
Reconhecido no patrimônio líquido	48.240	(44.899)
Transferido para resultado por realização	7.052	6.578
Outros resultados abrangentes	55.292	(38.321)
Saldo final	(42.802)	(67.154)

Alterações das expectativas de realização de preços e volumes de exportação em futuras revisões dos planos de negócios podem vir a determinar necessidade de reclassificações adicionais de variação cambial acumulada no patrimônio líquido para resultado. Uma análise de sensibilidade com preço médio do petróleo Brent mais baixo em US\$ 10/barril que o considerado na última revisão do PN 25-29, não indicaria a necessidade de reclassificação da variação cambial registrada no patrimônio líquido para o resultado.

A expectativa anual de realização do saldo de variação cambial acumulada no patrimônio líquido em 30 de junho de 2025 é demonstrada a seguir:

	2025	2026	2027	2028	2029	2030 em diante	Consolidado Total
Expectativa de realização	(5.324)	(10.524)	(11.125)	(7.492)	(6.459)	(1.878)	(42.802)

b) Instrumentos financeiros derivativos não designados como *hedge accounting*

A Petrobras contratou em 2019 operações de derivativos com o objetivo de se proteger de exposição decorrente da 1ª série da 7ª emissão de debêntures, com operações de swap de juros IPCA x CDI, com vencimento em setembro de 2029 e setembro de 2034, e operações de cross-currency swap CDI x Dólar, com vencimento em setembro de 2029.

A metodologia utilizada para cálculo do valor justo desta operação de swap consiste em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato e as projeções das curvas de DI, cupom IPCA e cupom cambial, descontando a valor presente pela taxa livre de risco. As curvas são obtidas na Bloomberg com base nos contratos futuros negociados na bolsa.

Em seguida, a marcação a mercado é ajustada ao risco de crédito das instituições financeiras, que não é relevante em volume financeiro, considerando que a companhia utiliza bancos de primeira linha.

Alterações das curvas futuras de juros (CDI) podem trazer impactos no resultado da companhia, em função do valor de mercado desses contratos de swap. Na elaboração da análise de sensibilidade nas curvas futuras de taxa de juros, o choque paralelo nesta curva foi estimado em função do prazo médio de vencimento dos *swaps* e da metodologia sobre o horizonte de aplicação da sensibilidade, citada anteriormente, que resultou em impacto de 527 BP (basis points) na taxa de juros estimada. O efeito desta análise de sensibilidade, mantendo-se todas as demais variáveis constantes, está apresentada na tabela a seguir:

Instrumento	Consolidado	
	Cenário razoavelmente possível	93
Swap CDI x US\$		

c) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros sujeitos à variação cambial

As análises de sensibilidade abrangem apenas a variação cambial e mantém todas as demais variáveis constantes. O cenário considerado provável é referenciado por fonte externa, boletim Focus e Thomson Reuters, com base no câmbio previsto para o fechamento do próximo ano, conforme a seguir:

- Dólar x real - desvalorização do real em 5,45%;
- Euro x dólar - valorização do euro em 1,54%;
- Libra x dólar - valorização da libra em 0,56%; e
- Renmimbi x dólar - valorização renmimbi em 0,76%.

O cenário razoavelmente possível possui as mesmas referências e considera a desvalorização de 20% do câmbio de fechamento do trimestre (risco) em relação à moeda de referência durante o período analisado à exceção dos saldos de ativos e passivos em moeda estrangeira de controladas no exterior, quando realizados em moeda equivalente às suas respectivas moedas funcionais.

Risco	Instrumentos	Exposição		Consolidado	
		Em milhões de US\$	R\$	Cenário provável	Cenário razoavelmente possível
Dólar / real	Ativos	4.425	24.145	1.315	4.829
	Passivos	(115.324)	(629.336)	(34.274)	(125.867)
	Câmbio - cross currency swap	(488)	(2.664)	(145)	(533)
	Hedge de fluxo de caixa sobre exportações	70.052	382.279	20.819	76.456
	Dólar/real	(41.335)	(225.576)	(12.285)	(45.115)
Euro / dólar	Ativos	1.186	6.470	100	1.294
	Passivos	(1.724)	(9.409)	(145)	(1.882)
	Euro/dólar	(538)	(2.939)	(45)	(588)
Libra / dólar	Ativos	1.018	5.555	31	1.111
	Passivos	(2.007)	(10.950)	(61)	(2.190)
	Libra/dólar	(989)	(5.395)	(30)	(1.079)
Renmimbi / dólar	Ativos	1	3	-	1
	Passivos	(488)	(2.661)	(20)	(532)
	Renmimbi/dólar	(487)	(2.658)	(20)	(531)
Outros ⁽¹⁾	Ativos	44	239	52	(41)
	Passivos	(67)	(368)	(24)	(74)
	Outros	(23)	(129)	28	(115)
Total		(43.372)	(236.697)	(12.352)	(47.428)

(1) Libra/real, Euro/real e Peso/dólar.

26.4.2. Gerenciamento de risco de preços – petróleo, derivados e outras commodities

A Petrobras tem preferência pela exposição ao ciclo de preços à realização sistemática de proteção das operações de compra ou venda de mercadorias, cujo objetivo seja atender suas necessidades operacionais, com utilização de instrumentos financeiros derivativos. Entretanto, condicionada à análise do ambiente de negócios e das perspectivas de realização do Plano de Negócios, a execução de estratégia de proteção ocasional com derivativos pode ser aplicável.

A companhia, utilizando seus ativos, posições e conhecimento proprietário e de mercado oriundos de suas operações no Brasil e no exterior, busca capturar oportunidades de mercado por meio de compra e venda de petróleo e derivados, as quais podem ocasionalmente ser otimizadas com a utilização de instrumentos derivativos de commodities para gestão do risco de preço, de forma segura e controlada.

Na análise de sensibilidade dos derivativos de commodities, o cenário provável utiliza referências externas à companhia, de amplo uso no apreçamento de cargas no mercado de petróleo, derivados e gás natural, que levam em consideração o preço de fechamento do ativo em 30 de junho de 2025, e desta forma, considera-se que não há variação do resultado das operações em aberto nesse cenário. O razoavelmente possível reflete o efeito potencial no resultado das operações em aberto, considerando uma variação no preço de fechamento igual a 20%. Para simular os cenários mais desfavoráveis, a variação foi aplicada para cada grupo de produto de acordo com a posição das operações em aberto: queda de preço para posições compradas e alta para posições vendidas.

Risco	Operações	Cenário provável	Consolidado Cenário razoavelmente possível
Derivativos não designados como Hedge accounting			
Petróleo e Derivados - Flutuação dos Preços	Contratos Futuros e a Termo (Swap)	-	(374)
Óleo de soja - Flutuação dos Preços	Contratos Futuros e a Termo (Swap)	-	(14)
Óleo de soja - Flutuação dos Preços	Opções	-	(4)
Câmbio - Desvalorização do R\$ frente ao US\$	Contratos a termo	-	(8)
Total		-	(400)

As posições com derivativos de commodities estão apresentadas na nota explicativa 26.3.

26.4.3. Gerenciamento de risco de taxa de juros

A companhia preferencialmente não utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar a exposição às flutuações das taxas de juros, pois não acarretam impactos relevantes, exceto em situações específicas apresentadas por controladas da Petrobras.

Na análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, o cenário provável significa o valor a ser desembolsado pela Petrobras com o pagamento de juros referentes às dívidas com taxa de juros flutuantes em 30 de junho de 2025. O valor do cenário razoavelmente possível significa o desembolso caso ocorra uma variação de 40% nessas taxas de juros, mantendo-se todas as demais variáveis constantes.

Risco	Cenário provável	Cenário razoavelmente possível
CDI	3.847	5.386
SOFR 3M ⁽¹⁾	684	884
SOFR 6M ⁽¹⁾	406	482
SOFR O/N ⁽¹⁾	426	596
IPCA	631	884
TJLP	352	492
LPR 12M ⁽²⁾	82	114
TR	25	35
Total	6.453	8.873

(1) Representa a Secured Overnight Funding Rate.

(2) Loan Prime Rate.

26.5. Gerenciamento de risco de liquidez

A possibilidade de insuficiência de caixa, para liquidar as obrigações nas datas previstas, é gerenciada pela companhia rotineiramente. O risco de liquidez também é mitigado ao se definir parâmetros de referência para a gestão do caixa e das aplicações financeiras e ao analisar periodicamente os riscos do fluxo de caixa projetado, quantificando por meio de simulações de Monte Carlo os seus principais fatores de risco, tais como preço de petróleo, taxa de câmbio, preços internacionais de gasolina e diesel, entre outros. Dessa forma, é possível dimensionar a necessidade de disponibilidades financeiras para a continuidade operacional e a execução do Plano de Negócios.

Nesse contexto, as demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Petrobras mesmo que apresentem capital circulante líquido negativo, não comprometem a sua liquidez.

Adicionalmente, a companhia mantém linhas de crédito compromissadas (*revolving credit facilities*) contratadas como reserva de liquidez em situações adversas, conforme nota explicativa 23.5, e avalia regularmente as condições do mercado e pode realizar transações de recompra de seus títulos ou de suas subsidiárias no mercado de capitais internacional, por diversos meios, incluindo ofertas de recompra, resgates de títulos e/ou operações em mercado aberto, desde que estejam em linha com a estratégia de gerenciamento de passivos da companhia, que visa a melhoria do perfil de amortização e do custo da dívida.

Os fluxos de caixa esperados dos financiamentos e do passivo de arrendamento da companhia são apresentados nas notas explicativas 23.4 e 24, respectivamente.

26.6. Gerenciamento de risco de crédito

A política de gestão de risco de crédito visa minimizar a possibilidade de não recebimento de vendas efetuadas e de valores aplicados, depositados ou garantidos por instituições financeiras e de contrapartes, mediante análise, concessão e gerenciamento dos créditos, utilizando parâmetros quantitativos e qualitativos adequados a cada um dos segmentos de mercado de atuação.

Em 30 de junho de 2025, os ativos financeiros de caixa e equivalentes de caixa e de títulos e valores mobiliários não estão vencidos e não têm evidências de perdas de crédito material no período de janeiro a junho de 2025. Tais ativos possuem valores justos equivalentes que não diferem significativamente de seus valores contábeis.

O efeito das avaliações do risco de crédito das contas a receber de clientes está disponível nas notas explicativas 9.2 e 9.3, que apresentam as perdas de crédito esperadas.

27. Partes relacionadas

A companhia possui uma política de Transações com Partes Relacionadas revisada e aprovada pelo Conselho de Administração, conforme disposto no Estatuto Social da Petrobras.

A política também visa a garantir a adequada e diligente tomada de decisões por parte da administração da companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

27.1. Transações comerciais por operação com empresas do sistema (controladora)

	30.06.2025			31.12.2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Ativo						
Contas a receber						
Contas a receber, principalmente por vendas	14.305	50	14.355	30.075	100	30.175
Dividendos a receber	108	-	108	363	-	363
Valores vinculados à construção de gasoduto	-	726	726	-	887	887
Outras operações	34	224	258	38	251	289
Adiantamentos a fornecedores	66	1.390	1.456	133	1.409	1.542
Total	14.513	2.390	16.903	30.609	2.647	33.256
Passivo						
Arrendamentos ⁽¹⁾	(2.523)	(715)	(3.238)	(2.464)	(1.748)	(4.212)
Operações de mútuo	(561)	(102.484)	(103.045)	(763)	(111.782)	(112.545)
Pré pagamento de exportação	(84.321)	(205.967)	(290.288)	(57.300)	(288.871)	(346.171)
Fornecedores (nota explicativa 11)	(8.872)	-	(8.872)	(9.461)	-	(9.461)
Compras de petróleo, derivados e outras	(8.540)	-	(8.540)	(8.463)	-	(8.463)
Afretamento de plataformas	(279)	-	(279)	(333)	-	(333)
Adiantamentos de clientes	(53)	-	(53)	(616)	-	(616)
Outros	-	-	-	(49)	-	(49)
Total	(96.277)	(309.166)	(405.443)	(69.988)	(402.401)	(472.389)

(1) Inclui valores referentes às operações de arrendamentos e subarrendamentos com empresas do sistema requeridos pelo IFRS 16 / CPC 06 (R2) - Arrendamentos.

	2025		2024	
	Abr-Jun	Jan-Jun	Abr-Jun	Jan-Jun
Resultado				
Receitas, principalmente de vendas	33.928	67.649	33.623	66.078
Variações monetárias e cambiais líquidas ⁽²⁾	9.968	24.788	(18.812)	(24.708)
Receitas (despesas) financeiras líquidas ⁽²⁾	(8.038)	(16.606)	(6.527)	(12.446)
Total - Receitas (Despesas)	35.858	75.831	8.284	28.924

(2) Inclui os valores de R\$ 119 de variação cambial ativa e R\$ 185 de despesa financeira referentes às operações de arrendamentos e subarrendamentos requeridos pelo IFRS 16 / CPC 06 (R2) (R\$ 163 de variação cambial passiva e R\$ 247 de despesa financeira para o período de janeiro a junho de 2024).

27.2. Taxas anuais de operações de mútuo

	Controladora Passivo	
	30.06.2025	31.12.2024
De 7,01 a 8%	(50.035)	(42.676)
De 8,01 a 9%	(53.010)	(69.869)
Total	(103.045)	(112.545)

27.3. Fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados (FIDC-NP)

A controladora mantém recursos investidos no FIDC-NP que são destinados, preponderantemente, à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por afiliadas. Os valores investidos estão registrados em contas a receber.

As cessões de direitos creditórios, performados e não performados, estão registradas como financiamentos no passivo circulante e não circulante.

	Controladora Passivo	
	30.06.2025	31.12.2024
Contas a receber, líquidas (nota explicativa 9.1)	66.698	82.951
Cessões de direitos creditórios (nota explicativa 23.1)	(67.255)	(85.021)

	2025		2024	
	Abr-Jun	Jan-Jun	Abr-Jun	Jan-Jun
Receita financeira FIDC-NP	1.714	3.787	1.099	2.056
Despesa financeira FIDC-NP	(1.859)	(3.935)	(940)	(1.758)
Resultado financeiro	(145)	(148)	159	298

27.4. Garantias

A Petrobras tem como procedimento conceder garantias às suas subsidiárias e controladas para algumas operações financeiras realizadas no Brasil e no exterior. As operações financeiras realizadas por estas subsidiárias e garantidas pela Petrobras apresentam o saldo de R\$ 89.409 a liquidar em 30 de junho de 2025 (R\$ 99.132 em 31 de dezembro de 2024).

As garantias oferecidas pela Petrobras, principalmente fidejussórias, não remuneradas, são efetuadas com base em cláusulas contratuais que suportam as operações financeiras entre as subsidiárias/controladas e terceiros, garantindo assunção do cumprimento de obrigação de terceiro, caso o devedor original não o faça.

27.5. Transações com empreendimentos em conjunto, coligadas, entidades governamentais e fundos de pensão

A companhia realiza, e espera continuar a realizar, negócios no curso normal de várias transações com seus empreendimentos em conjunto, coligadas, fundos de pensão, bem como com seu acionista controlador, o governo federal brasileiro, que inclui transações com os bancos e outras entidades sob o seu controle, tais como financiamentos e serviços bancários, gestão de ativos e outras.

As transações significativas resultaram nos seguintes saldos:

	30.06.2025		Consolidado 31.12.2024	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas				
Empresas do setor petroquímico	385	40	401	8
Outros empreendimentos controlados em conjunto e coligadas	470	64	325	90
Subtotal	855	104	726	98
Entidades governamentais				
Títulos públicos federais	3.907	-	6.898	-
Bancos controlados pela União Federal	82.748	23.251	74.496	16.563
União Federal ⁽¹⁾	-	4.816	-	6.476
Pré-Sal Petróleo S.A. – PPSA	-	136	-	490
Outros	1.010	554	1.454	529
Subtotal	87.665	28.757	82.848	24.058
Petros	279	1.453	272	1.450
Total	88.799	30.314	83.846	25.606
Circulante	9.535	6.474	9.639	8.557
Não circulante	79.264	23.840	74.207	17.049

(1) Inclui valores de arrendamentos.

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

A seguir é apresentado o efeito no resultado das transações significativas:

	Consolidado			
	Abr-Jun	2025 Jan-Jun	Abr-Jun	2024 Jan-Jun
Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas				
Empresas do setor petroquímico	4.748	9.499	4.656	8.750
Outros empreendimentos controlados em conjunto e coligadas	56	121	47	145
Subtotal	4.804	9.620	4.703	8.895
Entidades governamentais				
Títulos públicos federais	166	340	200	429
Bancos controlados pela União Federal	(258)	(520)	(24)	54
União Federal	(185)	(332)	(518)	(658)
Pré-Sal Petróleo S.A. – PPSA	138	(1.346)	(560)	(513)
Outros	(348)	(736)	(420)	(451)
Subtotal	(487)	(2.594)	(1.322)	(1.139)
Petros	(28)	(51)	(25)	(49)
Total - Receitas (Despesas)	4.289	6.975	3.356	7.707
Receitas, principalmente de vendas	4.781	9.564	4.685	8.848
Compras e serviços	-	-	16	29
Receitas (despesas) operacionais	(215)	(2.085)	(1.021)	(1.044)
Variações monetárias e cambiais líquidas	(104)	(192)	(591)	(726)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(173)	(312)	267	600
Total - Receitas (Despesas)	4.289	6.975	3.356	7.707

O passivo com planos de pensão dos empregados da companhia e geridos pela Fundação Petros, que inclui os instrumentos de dívidas, está apresentado na nota explicativa 13.

27.6. Remuneração dos membros chave da administração

As remunerações totais dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva da Petrobras Controladora têm por base as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, e pelo Ministério de Minas e Energia, sendo apresentadas a seguir:

	Jan-Jun/2025			Controladora Jan-Jun/2024		
	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Total	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Total
Salários e benefícios	8,1	0,8	8,9	8,0	0,6	8,6
Encargos sociais	2,2	0,1	2,3	2,1	0,1	2,2
Previdência complementar	0,7	-	0,7	0,6	-	0,6
Remuneração variável	-	-	-	6,7	-	6,7
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	0,3	-	0,3	0,3	-	0,3
Remuneração total	11,3	0,9	12,2	17,7	0,7	18,4
Remuneração total - pagamento realizado ⁽¹⁾	21,4	0,9	22,3	19,8	0,7	20,5
Número de membros - média mensal no período	8,83	11,00	19,83	9,00	11,00	20,00
Número de membros remunerados - média mensal no período	8,83	9,00	17,83	9,00	7,33	16,33

(1) Inclui, em Diretoria Executiva, parcela da remuneração variável para os Administradores relativa a exercícios anteriores.

No período de janeiro a junho de 2025, a despesa consolidada com a remuneração total de diretores e conselheiros totalizou R\$ 37,54 (R\$ 36,61 no período de janeiro a junho de 2024).

A remuneração dos membros dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração deve ser considerada à parte do limite global da remuneração fixado para os administradores, ou seja, os valores percebidos não são classificados como remuneração dos administradores.

Os membros do Conselho de Administração que participarem dos Comitês de Auditoria Estatutários renunciam à remuneração de Conselheiro de Administração, conforme estabelece o art. 38, § 8º, do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e fizeram jus a uma remuneração total de R\$ 665 mil no período de janeiro a junho de 2025 (R\$ 785 mil, considerando os encargos sociais). No período de janeiro a junho de 2024, a remuneração acumulada no período foi de R\$ 825 mil (R\$ 982 mil, considerando os encargos sociais).

NOTAS EXPLICATIVAS

PETROBRAS

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Em 16 de abril de 2025, a Assembleia Geral Ordinária fixou a remuneração dos administradores (Diretoria Executiva e Conselho de Administração) em até R\$ 47,57 como limite global de remuneração a ser paga no período compreendido entre abril de 2025 e março de 2026 (R\$ 43,21 no período compreendido entre abril de 2024 e março de 2025, fixado em 25 de abril de 2024).

28. Informações complementares à demonstração dos fluxos de caixa

	2025	Consolidado 2024
	Jan-Jun	Jan-Jun
Valores pagos durante o período		
Imposto de renda retido na fonte de terceiros	4.953	4.619
Transações que não envolvem caixa		
Aquisição de imobilizado a prazo	1.270	800
Arrendamentos	47.119	15.039
Constituição de provisão para desmantelamento de áreas	34	327
Utilização de créditos fiscais e depósitos judiciais para pagamento de contingência	651	322
<i>Earnout</i> dos campos de Atapu e Sépia	290	533

28.1. Reconciliação da depreciação com demonstração dos fluxos de caixa

	2025	Consolidado 2024
	Jan-Jun	Jan-Jun
Depreciação e depleção no Imobilizado	47.984	38.794
Amortização no Intangível	413	342
	48.397	39.136
Depreciação de direito de uso - recuperação de PIS/COFINS	(496)	(439)
Parcela capitalizada da depreciação	(7.973)	(5.688)
Depreciação, depleção e amortização na DFC e DVA	39.928	33.009

29. Eventos subsequentes

Dividendos e JCP relativos ao segundo trimestre de 2025

Em 7 de agosto de 2025, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de dividendos e JCP intercalares de R\$ 8.660 (R\$ 0,67192409 por ação preferencial e ordinária em circulação), com base nas informações financeiras intermediárias do período findo em 30 de junho de 2025, considerando a aplicação da fórmula da Política de Remuneração aos Acionistas, conforme quadro a seguir:

	Data de aprovação do CA	Data da posição acionária	Valor por ação PN e ON (R\$)	Controladora Valor
Dividendos intercalares	07.08.2025	21.08.2025	0,20092175	2.590
JCP intercalares	07.08.2025	21.08.2025	0,47100234	6.070
Total dos dividendos e JCP intercalares			0,67192409	8.660

Esses dividendos e JCP serão pagos em duas parcelas iguais de R\$ 4.330, nos dias 21 de novembro de 2025 e 22 de dezembro de 2025. Os valores serão atualizados pela variação da taxa Selic, desde a data do efetivo pagamento de cada parcela até o final do exercício social, em 31 de dezembro de 2025, e serão descontados da remuneração que vier a ser distribuída aos acionistas no encerramento do exercício de 2025.

30. Correlação entre as notas explicativas de 31 de dezembro de 2024 e 30 de junho de 2025

Títulos das notas explicativas	Números das notas explicativas	
	Anual de 2024	ITR do 2T-2025
Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras	2	1
Práticas contábeis materiais	3	2
Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	8	3
Receita de vendas	9	4
Custos e despesas por natureza	10	5
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	11	6
Resultado financeiro líquido	12	7
Informações por Segmento	13	8
Contas a receber	14	9
Estoques	15	10
Fornecedores	16	11
Tributos	17	12
Benefícios a empregados	18	13
Processos judiciais e contingências	19	14
Provisão para desmantelamento de áreas	20	15
Outros ativos e passivos	21	16
Imobilizado	23	17
Intangível	24	18
Redução ao valor recuperável dos ativos (<i>Impairment</i>)	25	19
Atividades de exploração e avaliação de reserva de petróleo e gás	26	20
Vendas de ativos e outras operações com ativos	29	22
Financiamentos	30	23
Arrendamentos	31	24
Patrimônio líquido	32	25
Gerenciamento de riscos	33	26
Partes relacionadas	34	27
Informações complementares à demonstração do fluxo de caixa	35	28
Eventos subsequentes	36	29

As notas explicativas do relatório anual de 2024, que foram suprimidas no ITR de 30 de junho de 2025 pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não serem aplicáveis às informações financeiras intermediárias, são as seguintes:

Títulos das notas explicativas	Números das notas explicativas
A companhia e suas operações	1
Estimativas contábeis e julgamentos relevantes	4
Mudanças climáticas	5
Novas normas e interpretações	6
Gestão de Capital	7
"Operação Lava Jato" e seus reflexos na companhia	22
Parcerias em atividades de exploração e produção	27

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, a presidente e os diretores da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida República do Chile, 65, Rio de Janeiro, RJ, inscrita no CNPJ sob nº 33.000.167/0001-01, declaram que as demonstrações financeiras foram elaboradas nos termos da lei ou do estatuto social e que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as informações financeiras intermediárias da Petrobras do período findo em 30 de junho de 2025;

(ii) reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no relatório de revisão da KPMG Auditores Independentes Ltda., relativamente às informações financeiras intermediárias da Petrobras do período findo em 30 de junho de 2025.

Rio de Janeiro, 7 de agosto de 2025.

Magda Maria de Regina Chambriard

Presidente

Renata Faria Rodrigues Baruzzi Lopes

Diretora Executiva de Engenharia, Tecnologia e Inovação

Angélica Garcia Cobas Laureano

Diretora Executiva de Transição Energética e Sustentabilidade

Ricardo Wagner de Araújo

Diretor Executivo de Governança e Conformidade

Clarice Coppetti

Diretora Executiva de Assuntos Corporativos

Sylvia Maria Couto dos Anjos

Diretora Executiva de Exploração e Produção

Claudio Romeo Schlosser

Diretor Executivo de Logística, Comercialização e Mercados

William França da Silva

Diretor Executivo de Processos Industriais e Produtos

Fernando Sabbi Melgarejo

Diretor Executivo Financeiro e de Relacionamento com Investidores



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais – ITR

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 07 de agosto de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Ulysses M. Duarte Magalhães
Contador CRC RJ-092095/O-8